

**Proposições do CMDS de Jaguarari para a Elaboração do
Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável
PMDS (2024/2026)**

Subsídios da Pesquisa

Juazeiro-BA, 2024.2

Autoria: Samuel Cronemberger Caffé

Orientadora: Dr^a Lúcia Marisy Souza Ribeiro

Coorientadora: Dr^a Márcia Bento Moreira

ISBN: 978-85-5322-266-7

Copyright © 2024

Editora: UNIVASF

Diagramação e Capa: Samuel Cronemberger Caffé

Fotografia da Capa: Jota D. Caffé, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C129p	Caffé, Samuel Cronemberger Proposições de Desenvolvimento Sugeridas na Pesquisa – Contribuições no âmbito do CMDS para elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Jaguarari / Samuel Cronemberger Caffé – Juazeiro - BA, 2024. vii, 72 f.: il. 29 cm. Livro Impresso (PDF) ISBN: 978-85-5322-266-7 1. Desenvolvimento rural. 2. Sustentabilidade. 3. Participação democrática. I. Título. II. Oliveira, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco. CDD 361.6105
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB - 5 / 1369.

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) deverá atuar como uma ferramenta de planejamento (execução, acompanhamento e avaliação) para orientar as possíveis soluções aos principais desafios enfrentados atualmente pelo Município de Jaguarari, sendo ele fruto de uma qualificada participação de segmentos sociais organizados.

Nesse sentido, tem o PMDS como premissa fundamental a efetividade da implementação das ações planejadas e a sua sustentabilidade multidimensional, em busca da aprovação social e da pactuação de ações pelos responsáveis pela gestão pública do município.

Diante desse contexto, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) de Jaguarari propõe direcionar sua efetiva contribuição ao processo de planejamento de Jaguarari, tendo como perspectiva a observância das “Proposições Gerais para contribuir na elaboração do PMDS” por parte do poder executivo municipal, que foram debatidas com todo seu colegiado e com distintos atores da sociedade civil organizada do município quando da realização da pesquisa levada a efeito por um doutorando da UNIVASF, que é o intérprete privilegiado do presente documento.

As diretrizes gerais de planejamento do Município contam com propostas de curto, médio e longo prazos, apoiadas em Áreas Estratégicas/Projetos e Ações Temáticas, de forma a garantir uma visão estratégica de futuro, cujo cenário desejável pela coletividade descortina-se para “transformar o Município de Jaguarari em um lugar de moradia, trabalho e convivência com menos desigualdades sociais e mais pleno de oportunidades”.

As Áreas Temáticas estão dirigidas para 10 tópicos integrados, para os quais são detalhados, após a identificação das intervenções necessárias, os projetos e atividades, os prazos de execução e suas correlações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU/2030 e com os Eixos Integradores em Agroecologia.

Assim, as 10 Áreas Temáticas estão orientadas para as seguintes matérias relevantes: Agricultura, Cultura, Esporte e Lazer, Educação, Geração de Trabalho e Renda, Juventude, Meio Ambiente, Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Gênero, Participação e Mobilização Social, Saúde e Segurança Pública.

A entrega dessas 10 proposições norteadoras do desenvolvimento sustentável, estabelecidas no domínio do PMDS de Jaguarari, expressa um compromisso acadêmico, por meio da Universidade Federal do Vale do São Francisco/Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF/PPGADT), com o CMDS de Jaguarari e desse como a municipalidade de Jaguarari. Trata-se, portanto, de um uma bússola norteadora dos caminhos para o desenvolvimento sustentável do Município, que fortalece as instituições compromissadas com o presente e o futuro das comunidades locais e que pode afetar as

decisões estratégicas de planejamento ao longo dos anos.

Lista de Figuras

Figura 1 - Município de Jaguarari - BA (Mapa Esquemático)	11
Figura 2 - Os Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda ONU/2030	13
Figura 3 - Avaliação Atual dos ODS no Município de Jaguarari - BA	14
Figura 4 – Evolução dos ODS para os Municípios Brasileiros – Município de Jaguarari-BA	15
Figura 5 - Cumprimento das Metas dos 17 ODS da Agenda da ONU/2030	17
Figura 6 - Cumprimento das Metas dos 17 ODS da Agenda da ONU/2030	17
Figura 7 - Promoção da Agroecologia nas Deliberação do CMDS de Jaguarari - BA	17
Figura 8 - Promoção da Agroecologia nas Deliberação do CMDS de Jaguarari - BA	17
Figura 9 - Importância da Agroecologia e dos 17 ODS da Agenda ONU/2030	18
Figura 10 – Regimento Interno do CMDS de Jaguarari-BA	19

Lista de Fotos

Foto 1 - Debate no CMDS: Pensando e Discutindo o Desenvolvimento Local Sustentável	19
Foto 2 - Grupos Focais da Pesquisa Reunidos: Representantes de Associações Comunitárias, Cooperativas, Poder Público, Entidades de ATER	33
Foto 3 - Grupos Focais da Pesquisa Reunidos: Representantes de Associações Comunitárias, Cooperativas, Poder Público, Entidades de ATER	33
Foto 4 - Momento de pesquisa junto aos grupos focais participantes do CMDS, juventude presente.	37
Foto 5 - Grupos Focais da pesquisa: Representantes de Associações Comunitárias, Cooperativas, Poder Público, Entidade de ATER.	41
Foto 6 - Pesquisa junto aos grupos focais participantes do CMDS, mulheres presentes.	44
Foto 7 - Aprovação do CMDS do Produto (E-book)	46
Foto 8 - Assembleia Extraordinária do CMDS com a participação das associações, cooperativas, sindicatos, outros conselhos, prefeito e secretários municipais	47
Foto 9 - Pesquisa junto aos grupos focais participantes do CMDS, de onde a temática da saúde surgiu.	50
Foto 10 - Pesquisa junto aos Grupos Focais Participantes do CMDS de Jaguarari, na Temática a Segurança Pública	52
Foto 11 - Pesquisa junto aos Grupos Focais Participantes do CMDS de Jaguarari, na Temática a Segurança Pública	52

Lista de Quadros

Quadro 1 - Detalhamento da Área de Intervenção Agricultura (Ações de Apoio Integrado à Atividade Agrícola)	23
Quadro 2 – Detalhamento da Área de Intervenção Cultura, Esporte e Lazer	28
Quadro 3 - Detalhamento da Área de Intervenção Educação	31
Quadro 4 - Detalhamento da Área de Intervenção Geração de Trabalho e Renda	34
Quadro 5 - Detalhamento da Área: de Intervenção Juventude	38
Quadro 6 - Detalhamento da Área de Intervenção Meio Ambiente, Infraestrutura Hídrica e Saneamento Básico	41
Quadro 7 - Detalhamento da Área de Intervenção Gênero	45
Quadro 8 - Detalhamento da Área de Intervenção Participação e Mobilização Social	47
Quadro 9 - Detalhamento da Área de Intervenção Saúde	50
Quadro 10 - Detalhamento da Área de Intervenção Segurança	52
Quadro 11 - Impactos Positivos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Socioculturais Esperados	54
Quadro 12 - Impactos Positivos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Econômicos Esperados	55
Quadro 13 - Impactos Positivos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Político Institucional Esperados	55
Quadro 15 - Impactos Positivos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos do Desenvolvimento Geral Esperados	56
Quadro 16 - Impactos Negativos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Socioculturais Esperados	57
Quadro 17 - Impactos Negativos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Econômicos Esperados	57
Quadro 18 - Impactos Negativos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Político-Institucionais Esperados	57
Quadro 19 - Impactos Negativos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Ambientais Esperados	58
Quadro 20- Impactos Negativos Previstos, Indicadores e Meios de Verificação Impactos Do Desenvolvimento Geral Esperados	58
Quadro 21 - Dimensão Sociocultural e Educacional (Ambiente Interno)	60
Quadro 22 - Dimensão Sociocultural e Educacional (Ambiente Externo)	60
Quadro 23 - Dimensão Ambiental (Ambiente Interno)	61
Quadro 24 - Dimensão Ambiental (Ambiente Externo)	61
Quadro 25 - Dimensão Econômica (Ambiente Interno)	62
Quadro 26 - Dimensão Econômica (Ambiente Externo)	63
Quadro 27 - Dimensão Político-Institucional (Ambiente Interno)	64
Quadro 28 - Dimensão Político-Institucional (Ambiente Externo)	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PMDS)	11
2.1 DIAGNÓSTICO CONCISO DO MUNICÍPIO DE JAGUARARI – BAHIA.....	11
2.1.1 Abordagem Sustentável sob o Prisma da Agenda 2030 da ONU	13
2.1.2 Extratos da Pesquisa Acadêmica	17
2.1.3 Cenário Desejado	19
2.2 OBJETIVOS.....	19
2.3 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	20
2.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS PROPOSTAS NO PDMS.....	21
2.4.1 Agricultura	22
2.4.2 Cultura, Esporte e Lazer	28
2.4.3 Educação	30
2.4.4 Geração de Trabalho e Renda	34
2.4.5 Juventude	37
2.4.6 Meio Ambiente, Infraestrutura Hídrica e Saneamento	41
2.4.7 Gênero	45
2.4.8 Participação e Mobilização Social	48
2.4.9 Saúde	51
2.4.10 Segurança Pública	54
3 IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO	57
4 IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO	60
5 PROGNÓSTICOS E DESAFIOS	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	69
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTAS DO CMDS DE JAGUARARI BAHIA	71
ANEXO II – MODELO DE OFÍCIO DE ENVIO DE PROPOSTAS	72

1 INTRODUÇÃO

As propostas que estão voltadas aos variados setores do desenvolvimento territorial foram construídas a partir do desenvolvimento da pesquisa de campo, instrumentalizada com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com os grupos focais.

As respostas dos participantes do CMDS de Jaguarari às questões formuladas pelo autor da pesquisa foram fundamentais não somente para o direcionamento da elaboração das propostas, como também para facilitar a vinculação do interesse do público-objeto da pesquisa com as estratégias de coerência entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Eixos Integradores em Agroecologia.

A relevância dessa atmosfera investigativa decorre do fato da representatividade do colegiado do CMDS, que congrega organizações da sociedade civil, setor privado, governo local e a academia-escola, essa representada por quem desenvolveu a presente pesquisa.

Cabe registrar que esse interesse investigativo foi apresentado junto ao público da pesquisa, que, por sua vez, demonstrou uma vontade geral de ampliar e qualificar melhor o debate, inicialmente acontecido no âmbito do CMDS, sobre a importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e dos Princípios Agroecológicos, com vistas ao desenvolvimento sustentável em escala municipal.

A partir das contribuições desse colegiado, conjeturou-se que para as próximas formulações do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Jaguarari seria imperioso considerar as etapas requisitórias que lhes antecedem, destacando-se, como por exemplo, a mobilização social para a realização de encontros e oficinas educativas e capacitadoras destinadas à firmar uma orientação das diretrizes em que o trabalho de planejamento deve ser pautado, tendo em vista a inserção de ações essenciais para o alcance dos ODS e dos princípios agroecológicos no referido Plano.

Nesse contexto, também cabe ressaltar que esse trabalho servirá como ferramenta de suporte no processo de identificação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e dos eixos integradores em agroecologia nas ações futuras do Conselho, mostrando o caráter adaptativo aos diferentes contextos que se apresentem e que essas mesmas ações colaborem para a implantação não somente do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, mas como também sejam partes integrantes da Agenda 2030 da ONU na articulação de políticas públicas e no engajamento da sociedade Jaguarariense como um todo.

Em seguida, serão descritas quais as ações foram apresentadas para compor as propostas necessárias ao desenvolvimento local, e que, posteriormente, serviram de diretrizes para deliberação dos participantes do CMDS como subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável 2024/2026. Na realidade, elas se constituem em propostas que estão inseridas em diferentes dimensões temáticas, que fazem parte dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e encontram-se detalhadas em 10 áreas de interesse.

Espera-se que esse esforço coletivo de planejamento se torne, prioritariamente, em um instrumento de serventia estratégica para o Conselho Municipal e ao próprio Município de Jaguarari na elaboração compartilhada de seu Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, e que sua aceção possa ser espelhada para outros CMDS do Estado da Bahia, homologados e em funcionamento, após avaliação do seu mérito.

2 CARACTERIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PMDS)

A caracterização do PMDS está apoiada no diagnóstico conciso do município de Jaguarari, considerando a abordagem da sustentabilidade segundo entendimento da ONU em sua Agenda 2030, nos extratos da pesquisa acadêmica para a tese e no cenário desejado pela comunidade, representada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

2.1 DIAGNÓSTICO CONCISO DO MUNICÍPIO DE JAGUARARI – BAHIA

A história de Jaguarari enquanto município começa com o seu desmembrado territorial e administrativo do Município de Senhor do Bonfim-BA, conquistando sua emancipação política por meio da Lei Estadual 1.905, de 06 de agosto de 1926. Jaguarari está inserido no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, na macrorregião do Semiárido Baiano. Compreende áreas sob influência predominante de Clima Árido e Semiárido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 650 mm e 500 a 800 mm, respectivamente ao tipo de clima. Em termos demográficos, Jaguarari apresenta uma população total de 32.703 habitantes e uma densidade de 13,26 hab./km², segundo o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Município de Jaguarari possui uma economia de base agropecuária, predominando a agricultura familiar de alimentos básicos e pastoril de rebanhos caprinos, ovinos e bovinos. Também contém em seu território um enclave minero-industrial de cobre em funcionamento, com expectativa de vida útil até 2037, conduzido pela empresa Caraíbas Metais¹ no distrito de Pilar, além de apresentar um agregado territorial urbano, na sede do município, de serviços e comércio varejista de alcance local, pois o vizinho Município de Senhor do Bonfim exerce forte influência sobre Jaguarari na condição de Cero Sub-regional de serviços e comércio (IBGE, 2018).

¹ Controle acionário da Ero Copper Corp (99,6%), com sede em Vancouver (B.C.), no Canadá. (BRASIL MINERAL, 2022).

Figura 1 - Município de Jaguarari – BA (Mapa Esquemático)



Fonte: Google Maps, (2023).

Na esfera da economia agrícola familiar, no Território Piemonte Norte de Itapicuru predominam comunidades rurais que exploram pequenas propriedades com cultivos alimentares e criação de pequenos animais, secundadas em termos de relevância socioeconômica pela exploração de fundo e fecho de pasto e também pela exploração da flora da caatinga, cuja maioria das famílias agropastoris da região encontram-se fixadas no Município de Jaguarari e nos municípios limítrofes de Andorinha e Campo Formoso, que conformam territórios agropastoris com fronteiras próprias, pois extrapolam e diferem dos limites político-administrativos dos municípios.

Essas comunidades pastoris e extrativistas vegetais da caatinga historicamente enfrentaram dificuldades para agilizar os processos de reconhecimento de seus territórios, objetivando-se o título formal das terras que ocupam, já que, na maior parte dos casos, se constituem em terras devolutas do estado. Apresentam formas ou modos de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e as alternativas para viver de forma mais sustentável, orientada pela subjetividade, cultura e saberes tradicionais que contribuem para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas locais.

Pelo menos duas forças antagônicas se apresentam para conjurarem contra a economia ancestral de fundo e fecho de pasto, em particular, e também contra à agricultura familiar extrativista de frutos nativos da caatinga, a exemplo do umbu, maracujá da caatinga, licuri, entre outros, conduzidas nas “posses comunitárias”. São elas: 1ª) a “grilagem”, que sempre se afigura violenta sobre a vida e o patrimônio da comunidade rural; 2ª) a exploração mineral do subsolo, onde há presença, sobretudo, do cobre e outros minerais não metálicos (granitos e assemelhados). Há perspectivas futuras de implantação de parque eólico, mas é ainda uma mera conjectura.

Por ora, essas duas frentes de conflito estão passivamente contidas pela imposição das lutas cotidianas das associações pastoris existentes e pelo apoio de seus aliados, seja no âmbito da igreja católica, seja dos sindicatos dos trabalhadores do campo e, eventualmente, na esfera poder local em face do seu alinhamento político e econômico de momento. De tal modo, que algumas comunidades de determinados distritos e povoados que conformam o Município de Jaguarari-BA trazerem histórias com registro de sangue e lutas cotidianas para a manutenção da posse de terras.

No entanto, em relação a maioria das comunidades do Município de Jaguarari, distribuídas em cinco (5) distritos e 44 povoados², diferentemente das comunidades agropastoris, não há registro histórico de conflito agrário pelo domínio da terra, sendo caracterizadas como pequenos aglomerados rurais com predomínio de agricultores familiares, que detém pequena posse de terra pacificamente, geralmente abaixo de quatro (4) módulos rurais, utilizam mão de obra familiar e têm sua produção destinada à própria subsistência da Unidade Produtiva (UP) e ao mercado interno de alimentos.

A expedita abordagem territorial até aqui exposta sobre o Município de Jaguarari tem se mostrado como um suporte histórico, cultural, social, econômico, ambiental visando apoiar a formulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento municipal sustentável, porque isso possibilita a construção de um elo de articulação entre a sociedade civil e poder público que pode em muito facilitar uma parceria na busca desse tipo de desenvolvimento local, já que essas duas esferas de poder internalizam em si uma lógica própria de atuar que geralmente precisam ser pacificadas.

2.1.1 Abordagem Sustentável sob o Prisma da Agenda 2030 da ONU

Dentro de uma perspectiva da sustentabilidade social, ecológica, econômica e político-institucional não se concebe uma gestão pública municipal participativa sem um olhar para as pautas e dilemas do mundo globalizado.

Desse modo, identifica-se e incorpora-se o imperativo de mudança de paradigma na gestão pública municipal, em razão, sobretudo, da emergência da implementação da Agenda

² São eles: **Distritos:** Flamengo, Gameleira, Juacema, Pilar, Santa Rosa de Lima. **Povoados:** Angico, Anhã, Aroeira, Barrinha, Boa Sorte, Bom Despacho, Britos, Cajueiro, Caldeirão, Catinga, Porco, Catuaba, Catuni da Estrada, Catuni da Grotta, Cipriano, Covão, Diogo, Favela, Fazenda Saco, Jacunã, Lage Grande, Lagoa da Pedra, Lagoa do Mato, Lagoinha, Lajedo, Lopes, Macambira, Malhada da Areia, Melancia, Morro Branco, Olhos d'Água, Outeiro, Pau Ferro, Ponta da Serra, Santo Antônio, Serra dos Morgados, Sítio da Bagaceira, Sítio do Meio, Suçuarana, Tanque de Terra, Traíra, Várzea Grande, Varzinha, Volta, Xique-Xique.

2030 da ONU, atribuindo-se aos conselhos municipais um papel estratégico a desempenhar, com responsabilidade social e ambiental, em uma conjuntura mundial de aprofundamento da crise climática.

Nesse contexto, os impactos ecológicos não poderão ser abordados de forma particularizada, cartesiana e setorializada. Por essa lógica, necessário se faz uma consciência planetária integrando ações globais sustentáveis com o desenvolvimento de atividades político-institucionais locais.

Posta a questão nesses termos, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a “Agenda 2030”, em 2015, que estabelece 169 metas incluídas em 17 objetivos, os denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar de os países membros da ONU atuarem em um conjunto de ações comuns, cada país vem utilizando, ao seu modo, estratégias diversas para tentar atingir essas metas e, tudo leva a crer, que a educação será o caminho mais eficaz na promoção dos ODS entre as pessoas” (Ramineli; Araujo, 2019, p.2).

Na Figura 2 são apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contidos na Agenda 2030 da ONU.

Figura 2 - Os Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda ONU/2030



Fonte: Organização das Nações Unidas – ONU, 2015.

De forma esclarecedora, as Nações Unidas Brasil (2022) estabeleceram o sentido global e a finalidade desses objetivos para um mundo melhor, a partir de ações locais:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022).

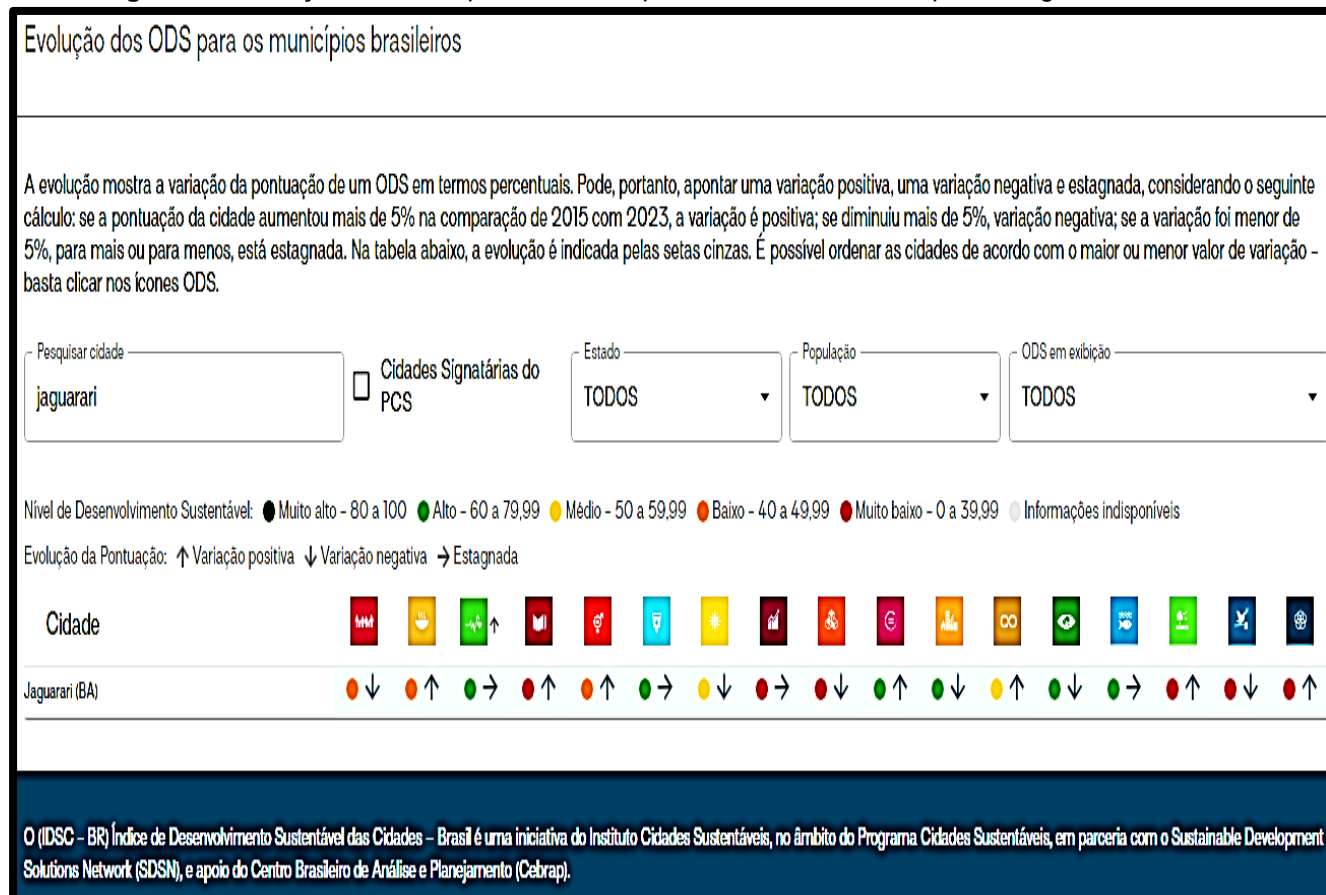
Nessa proposta civilizatória mundial, evidencia-se uma mudança de paradigma no assessoramento técnico continuado com a citada Agenda 2030, tendo que se assumir uma nova postura tanto os órgãos públicos como os da sociedade civil, a exemplo das associações, sindicatos, cooperativas e centro educacionais que atuam no município, investindo-se agora de um papel fundamental a ser desempenhado com responsabilidade social e ambiental.

Figura 3 - Avaliação Atual dos ODS no Município de Jaguarari – BA



Fonte: IDCS das cidades sustentáveis, 2024.

Figura 4 – Evolução dos ODS para os Municípios Brasileiros – Município de Jaguarari-BA



OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) - JAGUARARI	EVOLUÇÃO DA PONTUAÇÃO
01 – Erradicação da pobreza	NEGATIVA
02 – Fome zero e agricultura sustentável	POSITIVA
03 – Saúde e bem-estar	ESTAGNADA
04 – Educação de qualidade	POSITIVA
05 – Igualdade de gênero	POSITIVA
06 – Água limpa e saneamento	ESTAGNADA
07 – Energia limpa e acessível	NEGATIVA
08 – Trabalho decente e crescimento econômico	ESTAGNADA
09 – Indústria, inovação e infraestrutura	NEGATIVA
10 – Redução das desigualdades	POSITIVA
11 – Cidades e comunidades sustentáveis	NEGATIVA
12 – Consumo e produção responsáveis	POSITIVA
13 – Ação contra a mudança global do clima	NEGATIVA
14 – Vida na água	ESTAGNADA
15 – Vida terrestre	POSITIVA
16 – Paz, justiça e instituições eficazes	NEGATIVA
17 – Parcerias e meios de implementação	POSITIVA

Fonte: IDCS das cidades sustentáveis, 2024.

As Figuras 3 e 4, anteriormente apresentadas, expõem-se os indicadores de avaliação espelhados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU alcançados pelo Município de Jaguarari em 2023, tendo como ponto de partida de comparação o ano de 2015.

Pautado pelos indicadores dos ODS da ONU, o Município de Jaguarari apresenta uma pontuação considerada “baixa” de 47,53% no nível de desenvolvimento sustentável.

“A evolução mostra a variação da pontuação de um ODS em termos percentuais. [...] Se a pontuação do município aumentou mais de 5%, ela é positiva; se diminuiu mais de 5%, é negativa; se a variação foi menor de 5%, para mais ou para menos, está estagnada[...]”.

A avaliação do desempenho do Município de Jaguarari no interregno de 2015 para 2023 apresentou índices do ODS positivos para os seguintes resultados: indicador 02 Fome zero e agricultura sustentável; indicador 04 Educação de qualidade; indicador 05 Igualdade de gênero; indicador 10 Redução das desigualdades; indicador 12 Consumo e produção responsáveis; indicador 15 Vida terrestre; indicador 17 Parcerias e meios de implementação.

Inversamente, em igual período de tempo, os indicadores do ODS negativos ficaram por conta dos seguintes resultados: indicador 01 Erradicação da pobreza; indicador 07 Energia limpa e acessível; indicador 09 Indústria, inovação e infraestrutura; indicador 11 Cidades e comunidades sustentáveis; indicador 13 Ação contra a mudança global do clima; indicador 16 Paz, justiça e instituições eficazes.

Por fim, os indicadores dos ODS que apresentaram status estagnado formam os seguintes: indicador 03 Saúde e bem-estar; indicador 06 Água limpa e saneamento; indicador 08 Trabalho decente e crescimento econômico; indicador 14 Vida na água.

2.1.2 Extratos da Pesquisa Acadêmica

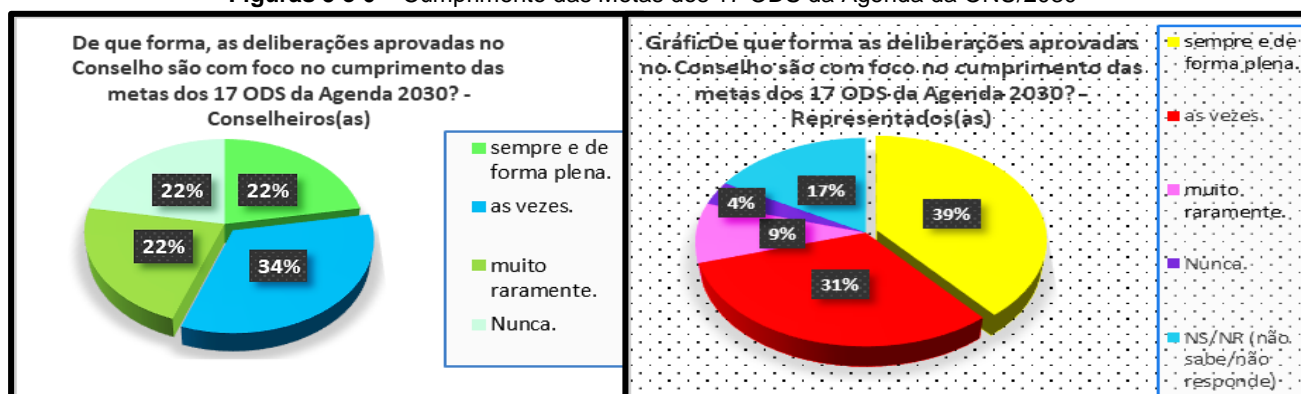
Extraiu-se das 63 entrevistas realizadas pela pesquisa com os grupos focais (9 conselheiros e 54 representantes) as seguintes respostas com relação aos dois temas considerados relevantes: 1) Agenda da ONU/2030 e 2) Agroecologia.

Assim, os participantes da pesquisa foram indagados se as deliberações aprovadas no CMDS de Jaguarari estão apoiadas no cumprimento das metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da ONU/2030.

As repostas para essa pergunta se expressaram de formas variadas, ou seja, 22% dos respondentes disseram que sim e de forma plena, 34% as vezes, 22% raramente e 22%

nunca. Por sua vez, as respostas dos representados para essa questão se apresentaram de maneira similar às respostas dos conselheiros (Figuras 5 e 6).

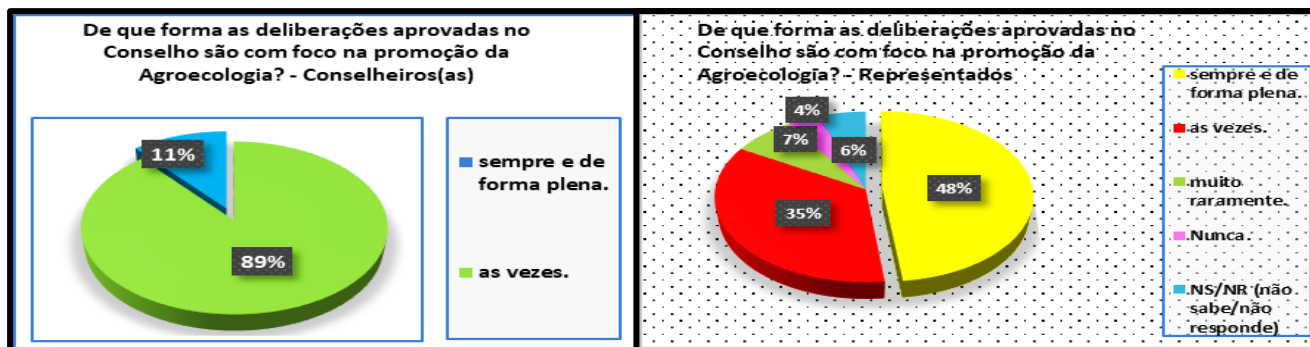
Figuras 5 e 6 – Cumprimento das Metas dos 17 ODS da Agenda da ONU/2030



Fonte: Elaboração do autor, (2023).

Consultados os respondentes da pesquisa para saber em que medida as deliberações aprovadas no CMDS têm foco na promoção da Agroecologia, a maioria deles respondeu que as vezes isso acontece ou acontece de forma parcial (89%). Ao contrário, apenas 11% dos entrevistados disseram que sempre e de forma plena. Também os representados afirmaram que sempre (48%) e de forma plena (35%), as vezes (7%), muito raramente (4%), nunca e não sabem (6%), segundo ilustração das Figuras 7 e 8.

Figuras 7 e 8 – Promoção da Agroecologia nas Deliberação do CMDS de Jaguarari



Fonte: Elaboração do autor, (2023).

Por fim, os participantes do CMDS de Jaguarari foram sondados sobre se desejam conhecer mais detalhadamente sobre a importância da agroecologia para as ações do Conselho e também sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda da ONU e todos responderam unanimemente que sim (Figura 9).

Figura 9 – Importância da Agroecologia e dos 17 ODS da Agenda ONU/2030



Na realidade, as informações sobre esses dois abrangentes temas, no que diz respeito à agricultura familiar, já vêm sendo trabalhados notadamente pelos serviços de ATER junto as comunidades rurais de Jaguarari, e viabilizados técnico-financeiramente mediante a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável destinados às comunidades rurais (produtores familiares, povos e comunidades tradicionais), que são submetidos à seleção e aprovação segundo os critérios dos Editais de Concorrência do Governo do Estado da Bahia, que adotam as diretrizes da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo), Lei 14.564 de 16 de maio de 2023, bem como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definido pela Agenda 2030, através do fomento à transição socioambiental, justa e ecológica, com apoio dos serviços da ATER.

2.1.3 Cenário Desejado

Conhecer a realidade para transformar o Município de Jaguarari em direção a um lugar de moradia, trabalho e convivência mais inclusiva e menos desigualdades sociais e pleno de oportunidades, visando promover um ambiente que estimule o município a buscar um futuro comum pleno, tomando como referência compartilhada o Modelo de Desenvolvimento que incorpora as quatro principais dimensões da Agenda de 2030 da ONU, a saber: 1) social, 2) ambiental, 3) econômica e 4) institucional.

2.2 OBJETIVOS

Com base no diagnóstico extraído da pesquisa de campo e nas propostas de intervenção dele decorrentes, o objetivo do presente trabalho é o de instrumentalizar a sociedade civil, as entidades paragovernamentais, e, em especial, o poder público municipal, com um conjunto de informações sistematizadas e de propostas com ações, projetos, atividades e políticas públicas para, a partir desse planejamento tomarem as decisões necessárias e aquedadas ao processo de desenvolvimento sustentável do município.

2.3 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O uso do planejamento é essencial para se garantir a programação, o acompanhamento e avaliação das intervenções na realidade municipal através das políticas públicas. Nesse sentido, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável por sua natureza aglutinadora das representações sociais da municipalidade poderá exercer papel relevante no apoio à coordenação desse processo de planejamento participativo.

A lei de criação CMDS de Jaguarari nº 849/2013, de 23 de setembro de 2013, aprovou no seu Art. 1º, dentre outras funções do Conselho, aquela voltada para a formulação, consulta ou deliberação de programa de desenvolvimento, nos seguintes termos:

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável-CMDS, órgão colegiado gestor do Desenvolvimento Sustentável de Jaguarari, que terá função de formulação, consulta ou deliberação, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento em implementação.

Compete ao CMDS promover de acordo com o Art. 2º da lei supracitada e do Regimento Interno, instituído pelo seu colegiado, os seguintes termos contidos na Figura 10.

Figura 10 – Regimento Interno do CMDS de Jaguarari-BA

I. O desenvolvimento Sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação de representações dos diversos segmentos sociais e movimentos na discussão e elaboração do plano Municipal de Desenvolvimento econômico e social, em bases sustentáveis, do Município.
II. A execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no Plano Municipal de desenvolvimento Sustentável, os impactos dessas ações no desenvolvimento municipal e propor redirecionamento.
III. A formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento sustentável.
IV. A aprovação e compatibilização da programação físico-financeira anual, a nível municipal, dos programas que integram o Plano municipal de Desenvolvimento Sustentável acompanhando seu desempenho e apreciando relatórios de execução.
V. A formulação e proposição de ações, programas e projetos no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para o plano plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária (LOA) do município.
VI. A elaboração, o monitoramento e a avaliação de Planos, Programas, Projetos, Ações e Atividades, de natureza transitória ou permanente.
VII. A priorização, a hierarquização e o exercício do controle social no desenvolvimento de ações e atividades de responsabilidade do setor público.
VIII. A Consulta quanto ao público beneficiário, a localização, ao período adequado as demais informações para a composição dos investimentos governamentais no município.
IX. A instalação de comissões, Câmaras ou Comitês específicos para deliberar, e/ou executar, acompanhar e avaliar Ações e Atividades específica.
X. A interlocução privilegiada junto aos Órgãos Públicos para sugerir adequações e denunciar as irregularidades das suas ações.
XL A compatibilização entre as políticas públicas municipal, territorial, estadual e federal voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a conquista e consolidação da plena cidadania no Município.
XII. O estímulo à implantação e reestruturação de organização representativas de segmentos sociais, tanto no meio urbano, quanto rural, estimulando-as, também para participação no CMDS.

XIII. A articulação com os municípios vizinhos visando à elaboração, qualificação e implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável.

XIV. Identificação, encaminhamento e monitoramento de demandas relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar e outros segmentos sociais fragilizados.

XV. Ações que estimule, preserve e fortaleça a cultura local.

XVI. Buscar o funcionamento e representatividade do Conselho, através do estímulo a participação de diferentes atores sociais do Município, estimulando a participação de organizações representativas de mulheres, jovens e, quando houver, de indígenas e descendentes de quilombos.

Fonte: Diário Oficial do Município de Jaguarari. Ano: 3 Edição: 760, 3 de outubro de 2013.

Face as competências do Colegiado, se fez necessário estimular os participantes do CMDS, quando da realização da pesquisa, a revelarem as respostas dos questionários e das entrevistas nas reuniões com os grupos focais para que fosse possível formalizar um modelo de propostas e estratégias de desenvolvimento local que orientasse a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Posteriormente, já concluído o documento com as propostas do Colegiado para serem incorporadas ao PMDS, ele então seria encaminhado formalmente ao poder público municipal para sua apreciação e final deliberação.

Além da elaboração do PMDS, cabe ressaltar que também se fará necessário estabelecer convênios e parcerias com instituições das esferas estadual e federal a fim de que cada uma delas, no cumprimento de sua missão institucional, contribuam para que o Município de Jaguarari se transforme, segundo o Cenário Desejável, em um município modelar e ativo em relação ao Desenvolvimento Local Sustentável Integrado, dentro do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, com a participação efetiva do CMDS.

2.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS PROPOSTAS NO PDMS

Elas estão denominadas a seguir, totalizando 10 Áreas Estratégicas, levando em atenção as propostas dos participantes do CMDS levantadas na pesquisa de campo:

- I) Agricultura
- II) Cultura, Esporte e Lazer
- III) Educação
- IV) Geração de Trabalho e Renda
- V) Juventude
- VI) Meio Ambiente, Infraestrutura Hídrica e Saneamento
- VII) Gênero
- VIII) Participação e Mobilização Social
- IX) Saúde
- X) Segurança Pública

2.4.1 Agricultura

Assim como em inúmeros municípios do interior do estado da Bahia e do País, a cadeia produtiva da agricultura tem importância fundamental no Município de Jaguarari, que tem quase metade da sua população residindo no campo. A diversidade do segmento é representada por múltiplos produtos da hortifruticultura, caprinovinocultura, bovinocultura, apicultura, avicultura, fruticultura, plantações de sequeiro, cultivados e produzidos, predominantemente, em pequenas propriedades rurais de caráter familiar.

A agricultura se apresenta de forma marcante sob determinados aspectos em Jaguarari, sobretudo, pela importância que a atividade representa na economia local em termos de ocupação e renda de baixo investimento familiar, no meio ambiente natural, na formação da história e da identidade cultural e na projeção de futuro em que se pretende produzir alimentos ecologicamente saudáveis para a cidade e para o campo. “O espaço rural vem sofrendo alterações significativas e além de espaço produtivo, é lugar de vida e interação social” (Elesbão, 2007, p.48).

O debate sobre esse assunto reserva grandes perspectivas, mas, que dentre elas, é consenso que a produção de alimentos saudáveis, o manejo sustentável dos agroecossistemas e outros elementos necessários ao bem-estar humano, se vêm diante de novos e complexos desafios diante da mudança climática no Semiárido baiano e no mundo.

Neste sentido, a cadeia produtiva da agricultura familiar e, conseqüentemente, de alimentos agrícolas, estão envolvidas numa complexa teia de condicionantes negativos multidimensional vistos através das variáveis hidroclimáticas – aqui envolvendo precipitação, temperatura e evapotranspiração –, geológicas, geomorfológicas, qualidade do solo, vulnerabilidade morfodinâmica etc, com uma crescente supressão do potencial ecológico do bioma caatinga, que vem sofrendo e exercendo efeitos marcantes sobre o meio ambiente e a população.

De acordo com o Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, a Bahia é o estado que possui atualmente, em termos de extensão geográfica, “[...] a maior Área Sujeita à Desertificação (ASD), com 490 mil quilômetros quadrados do Estado, o que equivale a aproximadamente 86,8% do território e 289 municípios localizados no semiárido” (BAHIA; INEMA, 2004).

Distintas questões foram sugeridas e sistematizadas para compor as propostas visando fortalecer o Desenvolvimento Municipal Sustentável na área/segmento da agricultura, porém, três questões centrais se destacam. Foram elas: 1) “*pensamento em exterminar com a*

fome”, 2) “*alcançar a segurança alimentar*” e 3) “*melhoria da nutrição com a promoção de uma agricultura sustentável*”. Neste particular, o público-beneficiário focal desses três pontos levantados constituem-se de pessoas mais pobres e em situação de vulnerabilidade social, incluindo as crianças, as mulheres grávidas e puérperas.

Diante desse quadro socioeconômico, se faz necessário um especial empenho para acompanhar as metas concernentes ao combate a fome até 2030 de acordo com a Agenda da ONU em escala municipal. Portanto, é urgente e imperativo abolir todas as formas de desnutrição no município, incluindo as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade até 2025, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas, puérperas e lactantes, e pessoas idosas desamparadas da assistência social.

Além da adoção dessas medidas até 2030, também é indispensável realizar as seguintes ações:

- dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres agricultoras familiares, povos indígenas, agricultores familiares em geral, pastores/criadores e pescadores artesanais por meio de acesso seguro à terra e aos outros meios de produção, recursos produtivos e insumos, conhecimento e tecnologia, serviços financeiros, acesso aos mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

- garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, agroecológicas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas: secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

Foto 1 – Debate no CMDS: Pensando e Discutindo o Desenvolvimento Local Sustentável



Fonte: Registro do próprio autor, (2023).

Como decorrências da discussão em plenária sobre a área/segmento da Agricultura do Município de Jaguarari, foram colhidos os seguintes indicativos para elaboração da Planilha de Planejamento das Intervenções Necessárias para Alcançar o Cenário Desejado a serem implementados, por meio de seus respectivos projetos e atividades, de acordo com uma concepção integrada, ou seja, não setorializada da realidade: 1) definição das intervenções necessárias, 2) definição dos projetos/atividades/políticas públicas a serem implementados, 3) identificação de executores das ações propostas, 4) identificação do prazo planejado, 5) equalização das intervenções propostas tanto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável quanto com os Eixos Integradores em termos de agroecologia (Quadro 1).

Quadro 1 - Detalhamento da Área de Intervenção
Agricultura (Ações de Apoio Integrado à Atividade Agrícola)

Intervenções Necessárias	Projetos/ Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	Equalização	
				ODS Correlato	Eixos Integradores em Agroecologia
1) CRIAÇÃO DE ENSINO E A CAPACITAÇÃO TÉCNICA					
AMPLIAR O ENSINO E A CAPACITAÇÃO TÉCNICA AOS AGRICULTORES FAMILIARES.	*Criação de unidades de funcionamento do IFBA e da UNIVASF no município, com ênfase na agropecuária praticada na região. *Ampliação das opções de cursos profissionalizantes da população do campo. *Adequação dos horários dos cursos, para torná-los compatíveis com a realidade do agricultor(a) familiar.	IFBA UNIVASF SENAR/BA SETRE (por meio dos Programas Qualifica Bahia e Trilha)	Curto Prazo Médio Prazo Longo Prazo	ODS Nº 4 Educação de qualidade: 1. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade. 2. Promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Princípio da Complexidade Formação numa perspectiva de rede de aprendizagem, conectando diferentes sujeitos e instituições.

2) ACESSO FACILITADO AO CRÉDITO AGRÍCOLA					
PROMOVER O USO DO CRÉDITO AGRÍCOLA FACILITADO NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES.	*Criação de uma unidade de funcionamento de um agente financeiro correspondente atuante na região, dentro do espaço do CMDS, com ênfase crédito voltado as necessidades dos agricultores familiares.	BNB BB CAIXA	Curto Prazo	ODS Nº 17- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (assistência técnica, recursos financeiros).	Princípio da Transformação (Processos de aprendizagem coletivos que promovam a auto-organização, a autogestão e o empoderamento dos sujeitos, visando o bem comum no campo).
3) CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS					
CONSERVAR AS ESTRADAS VICINAIS PARA UM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	*Realização de manutenção das estradas vicinais de forma permanente e com técnicas apropriadas. *Implantação de um programa de conservação de estradas rurais, estimulando a construção de bacias para captação de água por meio de técnicas simples na conservação do solo e coleta de água.	Secretaria Municipal de Obras Secretaria Municipal de Agricultura Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Curto Prazo	ODS Nº 11- Cidades e comunidades sustentáveis a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento regional de desenvolvimento.	Princípio da Diversidade. (Reconhecimento do território onde estão inseridos, considerando toda a sua complexidade e diversidade ecossistêmica e social e como espaço em disputa e conflito entre os diferentes setores socioeconômicos).
4) UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATER					
UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO (ATER) AOS AGRICULTORES FAMILIARES.	*Oferta de assistência técnica agroecológica e gratuita, com ênfase nas principais culturas desenvolvidas no município. *Ampliação do número de extensionistas efetivos, com formação interdisciplinar e experiência, aumentando a capacidade de atendimento ao agricultor(a).	IFBA UNIVASF SENAR/BA Secretaria Municipal de Agricultura SDR MDA EMBRAPA	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 4 - Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Qualificação para o mundo do trabalho.	Princípio da Transformação (Processos educativos voltados para a compreensão, o fortalecimento e o empoderamento das coletividades que atuam na transformação da realidade agrária e agrícola do país).
5) APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA					
APOIAR A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA LOCAL.	*Criação de um programa de comunicação do campo para divulgar e valorizar a produção agropecuária local por meio de catálogo virtual.	IFBA UNIVASF SENAR/BA Secretaria Municipal de Agricultura Secretaria Municipal de Governo SDR	Curto Prazo	ODS Nº 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que	Princípio da Vida (Economia ecológica e solidária.)

	*Ampliação à assistência fiscal e jurídica, a fim de que os agricultores familiares tenham sua situação regularizada, sem entraves para a comercialização.	MDA Cooperativas Associações Sindicato		umentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.	
6) ESTÍMULO À ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS					
ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES.	*Divulgação sobre a importância e atuação das cooperativas, sindicatos e associações já existentes, estimulando que os produtores rurais participem dessas entidades.	Associações Cooperativas Sindicato IFBA UNIVASF SENAR/BA Secretaria Municipal de Agricultura Secretaria Municipal de Governo SDR MDA	Curto Prazo	ODS Nº 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: a ampliação da produtividade e da renda dos pequenos produtores agrícolas, indígenas, pescadores e pastores, com atenção especial às mulheres, é uma meta (2.3) que tem um impacto direto na diminuição da pobreza e na promoção de uma economia mais sustentável.	Princípio da Vida (Processos endógenos, locais e comunitários).
7) APOIO À CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
MELHORAR A QUALIDADE AMBIENTAL POR MEIO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO BIOMA CAATINGA.	*Criação de um programa que esclareça e incentive a aplicação de técnicas de conservação de solo e água. *Ampliação e priorização da utilização da patrulha agrícola na zona rural. *Criação de um programa de educação ambiental voltado para produtores rurais e escolas.	Cooperativas Associações Sindicato UNIVASF SENAR/BA Secretaria Municipal de Agricultura Secretaria Municipal de Governo SEC/CETEP EMBRAPA MDA	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível regional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos.	Princípio da Vida (Valorização e garantia à livre reprodução das sementes e raças locais de animais, reconhecendo-os como patrimônio da humanidade).

8) MELHORIA DA SEGURANÇA NO MEIO RURAL					
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO POR MEIO DE HABITABILIDADE DECENTE E SEGURANÇA INTEGRADA AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	<p>*Melhoria da segurança dos moradores do campo, por meio da implantação de uma ronda municipal rural.</p> <p>*Aperfeiçoamento da comunicação das unidades produção familiares com a polícia militar.</p> <p>*Implantação dos Núcleos Comunitários de Bairro pelo WhatsApp, a fim de que as necessidades, contribuições e soluções possam ser discutidas e acertadas por todos.</p> <p>* Ampliação da oferta de informações, a fim de divulgar a existência do crédito para a moradia rural.</p>	<p>Associações</p> <p>Sindicato</p> <p>Polícia Militar</p> <p>Guarda Municipal</p> <p>Secretaria Municipal de Agricultura</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: O acesso à Justiça, a segurança pública e a promoção de uma sociedade mais pacífica.</p>	<p>Princípio da Vida</p> <p>(Cuidado e afetividade com a vida, considerando a sua otimização e valorização).</p>
9) APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA					
IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO O FUNDIÁRIA INTEGRADA NO CAMPO.	<p>*Realização de um programa de levantamento cadastral de todas das propriedades rurais do município.</p> <p>*Obtenção mais informações e divulgação dos procedimentos para a regularização fundiária.</p>	<p>Consórcio Público Piemonte Norte do Itapicuru</p> <p>Secretaria Municipal de Agricultura</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p> <p>SDR/CDA</p> <p>INCRA/BA</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 11- Cidades e comunidades sustentáveis a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento regional de desenvolvimento.</p>	<p>Princípio da Vida</p> <p>(Sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética).</p>
10) PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL RURAL					
IMPLEMENTAR PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL RURAL.	<p>*Implementação de Programa Inclusão Digital Rural com foco a inclusão como uma ação voltada a melhorar as condições de vida de um determinado grupo de trabalhadores /produtores rurais organizadas em associações, cooperativas ou comunidades da região.</p> <p>* Programa de Instalação de INFO CENTROS COMUNITÁRIOS com acesso à internet boa.</p>	<p>SENAR/BA</p> <p>EMBRAPA</p> <p>Secretaria Municipal de Agricultura</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p> <p>Ministério das Comunicações</p>	<p>Curto Prazo</p>	<p>ODS Nº 4 - Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Qualificação para o mundo do trabalho.</p>	<p>Princípio da Complexidade (Indissociabilidade entre extensão-ensino pesquisa).</p>

11) IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO RURAL SUSTENTÁVEL					
IMPLANTAR AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL SUSTENTÁVEL	* Construção de banheiros. * Construção fossas ecológicas.	SENAR/BA EMBRAPA Secretaria Municipal de Agricultura CODEVASF	Curto Prazo	ODS Nº 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura (alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade).	Princípio da Complexidade (Relevância das pessoas, da comunidade e das relações sociais na construção do conhecimento agroecológico).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.2 Cultura, Esporte e Lazer

A Prefeitura de Jaguarari, por meio das Secretarias de Governo e de Administração, realizou a 3ª Conferência Municipal das Cidades 2023, no final deste ano, na sede do Centro Técnico de Educação Profissional (CETEP) de Jaguarari. O tema central do encontro foi a “Construção de Políticas de Desenvolvimento Urbano: Integrando o campo e a cidade para o desenvolvimento sustentável” (Secult-M, 2023).

Esta conferência reuniu representantes do poder público municipal, da sociedade civil organizada e de representantes do setor comercial e empresarial de Jaguarari para refletir, dialogar e levantar propostas sobre os quatro seguintes eixos: 1. Habitação e regularização fundiária; 2. Saneamento básico e resíduos sólidos; 3. Mobilidade e trânsito; 4. Planejamento e gestão municipal. Foram justamente esses quatro eixos que vão ao encontro das principais deficiências urbanas do município (Secult-M, 2023).

Alguns representantes do CMDS de Jaguarari que estiveram presentes na referida conferência relataram, durante a pesquisa de campo, que sentiram falta de discussão sobre as propostas voltadas para as áreas da Cultura, Esporte Lazer e Juventude.

Assim, se expressaram dois entrevistados da pesquisa sobre o que sabem sobre a cultura de Jaguarari:

“A Cultura de Jaguarari é algo que vem sendo passado de geração para geração, e que aos poucos é perceptível que é algo que vem sendo feito por grupos isolados, mas que é algo para ser cuidado mais por todo município. Não somos “bairristas”, estamos perdendo um conjunto de relações que cria nossa verdadeira identidade. A cultura gera pertencimento na medida em que desenvolve modos de vida que são espelhos de nossa identidade” (ENTREVISTADOS 10 e 11).

Assim sendo, uma manifestação cultural, uma prática desportiva ou um modo de lazer, são tão importantes para a vida social quanto qualquer outro eixo do desenvolvimento sustentável e é dessa interação que surge um coletivo de episódios que são praticados e que dão coesão ao grupo, à comunidade, à cidade.

Nesse ponto, a Agenda da ONU/2030 reconhece a importância da diversidade cultural do planeta e que “[...] todas as culturas e civilizações podem contribuir e constituem elementos cruciais de desenvolvimento sustentável”. “O esporte é também um importante facilitador do desenvolvimento sustentável, da paz ao promover a tolerância e o respeito [...]”.

Diante dessas considerações de valor subjetivo e simbólico de parte dos entrevistados da pesquisa, foram apresentadas propostas de desenvolvimento que apontam para a necessidade de se utilizar os espaços públicos como espaços de exercício da cultura local, de compartilhamentos e conhecimentos por toda a comunidade.

Enfim, os participantes da pesquisa usaram de sua criatividade, respeitando a diversidade, sugeriram e deliberaram por soluções alternativas para problemas comuns e assim propuseram ações viáveis. São ações que significam respeitar a democracia e “pintar a cara da cidade”. Como consequências das discussões em plenária sobre a área da Cultura, Esporte e Lazer do Município de Jaguarari, foram suscitadas as seguintes propostas contidas no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 – Detalhamento da Área de Intervenção
Cultura, Esporte e Lazer**

Intervenções Necessárias	Projetos/ Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) INCENTIVO À CULTURA, ESPORTE E LAZER				
DAR VISIBILIDADE PARA AS ATIVIDADES DE CULTURA, ESPORTE E LAZER E INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO.	<p>*Promoção de reuniões com conselheiros e montar um núcleo de trabalho para realizar acompanhamento das ações (Conselho Municipal de Cultura, Grupo da Terceira Idade, moradores rurais, Ponto de Cultura, grupos juvenis) juntos aos delegados eleitos.</p> <p>*Criação de um catálogo on-line para comunicar a população de quais políticas públicas e ações de cultura, esporte e lazer acontecem no município.</p>	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude Secretaria Municipal de Governo Associações de Bairros Associações Comunitárias	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

2) FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE SERTANEJA				
FORTALECER E DAR VISIBILIDADE À IDENTIDADE SERTANEJA DO JAGUARARIENSE.	<p>*Elaboração de um catálogo on-line das culturas tradicionais que acontecem no município.</p> <p>*Realização de Seminários de cultura nas escolas Municipais, encontro entre gerações para discutir programas e projetos.</p> <p>*Promoção de apresentações culturais dentro do CETEP de Jaguarari para os mais velhos contarem histórias das culturas vivas no município.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p> <p>Associações de Bairros</p> <p>CETEP</p> <p>Escolas</p> <p>Secretaria de Educação</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 11 – Cidades e Comunidades</p> <p>Sustentáveis: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.</p>
3) APOIO AOS ENCONTROS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER				
REALIZAR COM FREQUÊNCIA ENCONTROS OU CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.	<p>*Mobilização da comunidade para a reflexão sobre a realidade local da cultura, do esporte e do lazer.</p> <p>*Garantia da participação de crianças e jovens nos espaços de discussão.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p> <p>Associações de Bairros</p> <p>CETEP</p> <p>Escolas</p> <p>Secretaria de Educação</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p> <p>Longo Prazo</p>	<p>ODS Nº 11 – Cidades e Comunidades</p> <p>Sustentáveis: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.</p>
4) CRIAÇÃO DA ROTA DO TURISMO ECOLÓGICO				
IMPLANTAR A ROTA DO TURISMO ECOLÓGICO.	<p>*Criação de um programa municipal de cultura, esporte e lazer para estimular a criação de rotas para fazer trilhas, rapel, arvorismo, mergulho, escalada, montanhismo e <i>rafting</i> e maneira sustentável, com limite de carga, para não ameaçar a fauna e a flora, e respeitando o modo de vida das comunidades locais.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p> <p>Associações de Bairros</p> <p>CETEP</p> <p>Escolas</p> <p>Secretaria de Educação</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 08 – Trabalho Decente e crescimento econômico: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.</p>
5) CRIAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DA HISTÓRIA E CULTURA DE JAGUARARI				
CRIAR UM MUSEU VIRTUAL COM A HISTÓRIA E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARARI	<p>*Elaboração de um blog com todas as informações das comunidades de Jaguarari com suas riquezas naturais, culturais e históricas para população acessar esse conhecimento.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude</p> <p>Secretaria Municipal de Governo</p> <p>Associações de Bairros</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>CETEP</p> <p>Escolas</p> <p>Secretaria de Educação</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 11 – Cidades e Comunidades</p> <p>Sustentáveis: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.</p>

6) CRIAÇÃO DE PALCO ITINERANTE DE CINEMA E TEATRO				
CRIAR UM ESPAÇO PÚBLICO DE PALCO ITINERANTE PARA APRESENTAÇÃO DE CINEMA E TEATRO (ARTISTAS).	*Realização de infraestrutura no palco já existente que fica próximo a academia da terceira Idade para apresentação de artistas e passar filmes com temáticas que fortaleçam a cultura nordestina e desenvolvimento do município.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude Secretaria Municipal de Governo Associações de Bairros Associações Comunitárias CETEP Escolas Secretaria de Educação	Curto Prazo Médio Prazo Longo Prazo	ODS Nº 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.3 Educação

A Agenda da ONU/2030 compromete-se a proporcionar a oferta de educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis, desde a primeira infância, passando pelos ensinos secundário, superior, técnico e profissional. E considera ainda que,

[..] Todas as pessoas devem ter acesso a oportunidades, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade (ONU, 2022).

Outro aspecto de grande importância na conjuntura atual, levantado pela referida Agenda, é a adoção de políticas públicas para procurar extinguir a distância digital para o desenvolvimento sustentável, ofertando o acesso as ferramentas e práticas digitais, assim como facilitar o acesso a inovação científica e tecnológica.

O panorama da educação pública em Jaguarari pode ser avaliado por meio dos indicadores da publicação IBGE Cidades de 2024, que apontam para os seguintes resultados: a) nos anos finais do ensino fundamental, o IDEB/2021 foi 3,3, sendo a meta nacional 5,5.; b) as matrículas no ensino fundamental foram da ordem de 4.702 registros; c) as matrículas no ensino médio atingiram 1.165 apontamentos; d) a quantidade de docentes no ensino fundamental foi de 276 professores; e) a quantidade de docentes no ensino médio foi de 97 professores; f) o número de estabelecimentos de ensino fundamental foi de 31 escolas; g) o número de estabelecimentos de ensino médio foi de 5 escolas.

O instrumento basilar para a consecução dos objetivos da Agenda ONU/2030 é a articulação entre educação e as ações do Conselho, integrando a cidadania e a gestão pública participativa. Nesse percurso das ações, o CMDS de Jaguarari, conjuntamente com

os seus representantes e representados, se constitui no elo de sustentação para o exercício da construção desta consciência planetária.

Escrevendo sua própria trajetória, o referido CMDS apresentou propostas também para a área de educação, refletindo que para cada cidadão Jaguararino possa se desenvolver e ao mesmo tempo construir a sua autonomia individual dentro da participação comunitária e o sentimento de pertencer à espécie humana, unida por seu destino comum: construir condições reais de cuidar da sustentabilidade da “Mãe Terra” (somos ao mesmo tempo corpo e território).

Como resultados da discussão em plenária sobre a área da Educação do Município de Jaguarari, foram colhidos os seguintes projetos/atividades contidos no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3 - Detalhamento da Área de Intervenção
Educação**

Intervenções Necessárias	Projetos/ Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) APOIO AO CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO HUMANA				
CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE JAGUARARI, GERANDO CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS.	*Utilização dos meios de comunicação através das redes sociais <i>on-line</i> , boletins informativos digitais, cartazes e carro de som.	Secretarias de Educação, Agricultura, Cultura, Esporte, Lazer, Juventude Social Associações Comunitárias Lideranças locais e Instituições de ensino	Curto Prazo	ODS Nº 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
2) MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE PARA EDUCAÇÃO AGROECOLOGIA E SUSTENTÁVEL				
CONTRIBUIR NA MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES EM PROCESSOS EDUCATIVOS EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	*Mobilização das diversas comunidades, considerando-se o perfil de cada uma delas. *Formação e fortalecimento de lideranças comunitárias. através de parcerias com ONGs, universidades e Secretaria de Educação. *Utilização dos meios de comunicação, através das redes sociais <i>on-line</i> , boletins informativos digitais, cartazes e carro de som.	Secretarias de Educação, Agricultura Governo Cultura, Esporte, Lazer, Juventude Social Associações Comunitárias Cooperativas Entidades de ATER Lideranças locais e Instituições de ensino.	Curto Prazo	ODS Nº 04– Educação de qualidade: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

3) PROMOÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS RELACIONADAS AO BIOMA CAATINGA				
PROMOVER MAIS ATIVIDADES E TRABALHOS RELACIONADOS A AGROECOLOGIA, RECAATINGAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.	*Estabelecimento de parcerias entre CETEP de Jaguarari, escolas, universidades, institutos federais, entidades de ATER, Secretarias de Meio Ambiente, e ONGs para informar as comunidades.	Secretarias de Educação, Agricultura Governo Cultura, Esporte, Lazer, Juventude Social Associações Comunitárias Cooperativas Entidades de ATER Lideranças locais e Instituições de ensino.	Médio Prazo	ODS Nº 04– Educação de qualidade: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento Sustentável.
4) DIVULGAÇÃO DE ACESSO A CURSOS TÉCNICOS E SUPERIORES				
AMPLIAR A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS ACESSOS AOS CURSOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR.	*Divulgação dos cursos na zona rural. *Realização de levantamento de todos os alunos universitários que moram na área rural. *Estabelecimento parcerias com as universidades e escolas técnicas profissionalizantes.	Secretarias de Educação Agricultura Governo Cultura, Esporte, Lazer, Juventude, Social Associações Comunitárias Cooperativas Entidades de ATER Lideranças locais e Instituições de ensino.	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 04– Educação de qualidade: Até 2030 assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
5) REABERTURA E MELHORAMENTO DE ESCOLAS RURAIS				
REATIVAR, ABRIR, MELHORAR ESCOLAS RURAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.	*Realização de Abaixo-Assinado à Secretaria de Educação, solicitando escolas de educação infantil contextualizada para a zona rural. *Organização das comunidades rurais para a percepção da importância das escolas de educação infantil locais.	Secretarias de Educação, Agricultura Governo Cultura, Esporte, Lazer, Juventude Social Associações Comunitárias Sindicatos Entidades de ATER Lideranças locais e Instituições de ensino.	Curto Prazo	ODS Nº 04– Educação de qualidade: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
6) FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE				
PROPORCIONAR A FORMAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO COM FOCO NA AGROECOLOGIA E NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.	*Estabelecimento de parcerias com as universidades, escolas técnicas profissionalizantes, Secretarias de Meio Ambiente e ONGs.	Secretarias de Educação, Agricultura Governo Cultura, Esporte, Lazer, Juventude Social Associações Comunitárias Sindicatos Entidades de ATER Lideranças locais e Instituições de ensino.	Médio Prazo	ODS Nº 04– Educação de qualidade: Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

7) CRIAÇÃO DE UNIDADES DE DEMOSTRAÇÃO DE CULTIVOS SUSTENTÁVEIS				
<p>CRIAR UNIDADES DEMONSTRATIVAS COM TECNOLOGIAS SOCIAIS IMPLANTADAS PARA PRODUÇÃO DE HORTAS, ERVAS MEDICINAIS, FITOTERÁPICOS, PSICULTURA EM TANQUES DE FERRO CIMENTO COM HIDROPONIA.</p>	<p>*Estabelecimento de parcerias com as universidades, escolas técnicas profissionalizantes, Secretarias de Meio Ambiente e ONGs.</p>	<p>Secretarias de Educação, Agricultura Governo Cultura, Esporte, Lazer, Juventude Social Associações Comunitárias Sindicatos, Entidades de ATER, Lideranças locais e Instituições de ensino.</p>	<p>Curto Prazo</p>	<p>ODS N° 04– Educação de qualidade: Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.4 Geração de Trabalho e Renda

Os grupos focais que participaram da pesquisa de campo propuseram para o tema Geração de Trabalho e Renda ações e políticas voltadas a capacitação, ao fortalecimento do turismo sustentável, bem como ao fortalecimento do chamado mercado solidário com a regularização de associações comunitárias e cooperativas para ingressarem nos programas de microcrédito acessível e de taxas de juros adequadas para incentivar a ampliação do Associativismo e o Cooperativismo do Município. De acordo com a legislação do microcrédito, os juros não podem exceder 4% ao mês, já incluindo os encargos e taxas presentes na operação.

Fotos 2 e 3 - Grupos Focais da Pesquisa Reunidos: Representantes de Associações Comunitárias, Cooperativas, Poder Público, Entidades de ATER



Fonte: Registros dos arquivos do autor, (2023).

O Conselho entende que para tornar eficiente as ações e políticas públicas de geração de emprego e renda é preciso ampliar o envolvimento e a participação de toda a comunidade para a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento local, com a participação

coordenada do CMDS de Jaguarari, inclusive, com a presença de outros conselhos congêneres, pois os circuitos econômicos com potencial de gerar ocupação e renda compatível com o perfil socioeconômico médio da população atual estão situados geralmente fora das corporações empresariais de médio e grandes portes que atuam no Território Piemonte Norte do Itapicuru. Ao contrário, a economia com potencial de ocupação e renda no município decorre de iniciativas locais dentro do setor agropecuário e particularmente no segmento da agricultura familiar (cooperativas de valores agregados da agricultura familiar; cooperativas de microcrédito; coletivos agroecológicos da caatinga; pequenos produtores de alimentos orgânicos, coletores de mel, pescadores artesanais, coletivos de artesanatos etc.).

A Agenda ONU/2030 para o desenvolvimento sustentável conjectura em corrigir em 100% a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, “[...] particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores”. Utilizando-se para tanto, “[...] do acesso seguro à terra, tecnologia, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola”.

Os resultados da pesquisa apontam para a priorização de um conjunto de ações que pudessem responder concretamente as legítimas aspirações da população por uma melhor qualidade de vida, por sua autonomia e emancipação econômica. (Quadro 4).

**Quadro 4 - Detalhamento da Área de Intervenção
Geração de Trabalho e Renda**

Intervenções Necessárias	Projetos/ Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS DE VOCAÇÃO REGIONAL				
OFERTAR DIVERSOS CURSOS NAS ÁREAS: AGRICULTURA FAMILIAR, SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO CIVIL, ALIMENTAÇÃO, TÊXTIL, ARTESANATO E ECOTURISMO.	*Promoção da união de associações e cooperativas. *Busca de parcerias (Senar, SEBRAE, Sindicatos, SETRE, CAR, Consórcio Público do Piemonte Norte do Itapicuru).	SENAR/BA SETRE CAR SEBRAE Consórcio TPNI Secretarias de Educação Agricultura Governo Cultura Esporte Lazer Juventude Social Associações Comunitárias Cooperativas Sindicatos (STR) Entidades de ATER Lideranças Locais Instituições de Ensino	Médio Prazo	ODS Nº 08 – Trabalho Decente e crescimento econômico: promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
2) INVESTIMENTOS EM ATIVIDADES DE APOIO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA				

<p>INVESTIR EM ATIVIDADES FORMATIVAS COM FOCO NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</p>	<p>*Promoção de palestras, oficinas e seminários de geração de renda desenvolvidos pensando as cadeias produtivas localmente</p>	<p>SENAR/BA SETRE CAR SEBRAE Consócio TPNI Secretarias de Educação, Agricultura, Governo, Cultura, Esporte, Lazer, Juventude, Social, Associações Comunitárias, Cooperativas, Sindicatos, Entidades de ATER, lideranças locais e instituições de ensino.</p>	<p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 08 – Trabalho Decente e crescimento econômico: promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</p>
3) REGULARIZAÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES (MROSC)				
<p>REGULARIZAR AS COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES DE COMUNITÁRIAS DE ACORDO COM MROSC PARA ACESSAREM POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS</p>	<p>*Elaboração de programação anual de atividades de atendimento as entidades. *Estabelecimento de parceria entre prefeitura e trabalhadores. *Elaboração de projetos e propostas para acessar recursos com foco no desenvolvimento comunitário. *Implantação de feiras periódicas de agricultura familiar, microempreendedores e de artesanato.</p>	<p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico IDESA Seagri SENAR/BA SEBRAE SETRE SDR/CAR.</p>	<p>Curto Prazo</p>	<p>ODS Nº 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento</p>
4) INVESTIMENTO NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO				
<p>INVESTIR EM TURISMO</p>	<p>*Montagem de um cronograma de divulgação de todos os eventos que acontecem no município: no campo e na cidade. *Desenvolvimento de uma rota de turismo em todas as regiões do município, e montar uma estrutura pública para visitação dos locais turísticos. *Promoção de capacitação de monitores e guias turísticos.</p>	<p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Governo Secretaria de Obras e Meio Ambiente Seagri SENAR/BA SEBRAE SETRE SDR/CAR</p>	<p>Curto Pazo</p>	<p>ODS Nº 08 – Trabalho Decente e crescimento econômico: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.</p>
5) INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA PÚBLICA DE APOIO AO TURISMO				
<p>INVESTIR NA MELHORIA E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PARA ESTABELECEER AS ROTAS TURÍSTICAS E A CRIAÇÃO DE SERVIÇOS E POSSIBILIDADES DE VENDA DOS PRODUTOS LOCAIS.</p>	<p>*Mobilização da população para realização de uma conferência de Turismo com a participação social dos moradores para construir a rota do turismo de Jaguarari junto com o poder público e entidades parceiras.</p>	<p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Governo Secretaria de Obras e Meio Ambiente Seagri Associações ONGs SENAR/BA SEBRAE SETRE- SDR/CAR</p>	<p>Curto Pazo</p>	<p>ODS Nº 08 – Trabalho Decente e crescimento econômico: Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.5 Juventude

Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE, o Brasil tem 53 milhões de jovens, sendo que oito milhões são jovens rurais, numa proporção de 1 para cada 6 jovens no Brasil. Os jovens entre 15 e 29 anos representam 27% de toda a população rural no Brasil. São 2,3 milhões de jovens rurais na linha da extrema pobreza, representando 25% desta população. A renda per capita familiar mensal de 58% dos jovens rurais é de até R\$ 140,00.

No Nordeste, onde está concentra a maioria dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil, encontrar-se também a maior concentração de jovens rurais e cerca de 1,5 milhão deles acha-se na extrema pobreza. Nas regiões Norte e Nordeste são 34,88% de jovens rurais na extrema pobreza, conforme fontes do Plano Brasil Sem Miséria/2015.

A economia dos agricultores e agricultoras familiares do Semiárido baiano está baseada, em geral, na exploração da agricultura de subsistência de sequeiro, criações de pequenos, médios e grandes animais e o artesanato (cerâmica, tecelagem e trançado) pela unidade produtiva formada pela família, com comercialização local e regional dos pequenos excedentes de produção para geração de renda monetária necessária à aquisição de produtos industrializados. A caça, a pesca e o extrativismo vegetal constituem fontes complementares de subsistência, além dos recursos dos programas de transferência de renda do governo federal.

O trabalho alugado em regime de empreitada ou por diária, as aposentadorias rurais e os programas de proteção social são fontes comuns de recursos monetários. Entre muitos destes jovens de base rural, a migração sazonal para grandes centros urbanos (Êxodo basicamente para os Estados de São Paulo e Minas Gerais) ainda surge como alternativa de ajudar suas famílias nos períodos secos. Muitos grupos de jovens enfrentam problemas com a extrema exiguidade do seu espaço agrícola, que também os leva a procurarem alternativas de ocupação da mão-de-obra excedente fora de suas comunidades rurais, através do trabalho assalariado e dos deslocamentos migratórios.

Os grupos que habitam áreas mais próximas ao rio São Francisco também recorrem à vegetação de caatinga com abundância de pastagens naturais para se voltarem a uma economia baseada na atividade agrícola comercial mediante técnicas de irrigação (cultivo de melancia, melão, banana, mandioca, feijão, cebola e arroz), a criação extensiva de caprinos, ovinos e bovinos e a produção caseira de queijos e leite.

Todavia, a diminuição das áreas habitadas por animais silvestres e a redução do

potencial piscoso e da navegabilidade do São Francisco diminuíram a importância da caça e da pesca na economia doméstica. A introdução da agricultura comercial irrigada e o acesso ao assalariamento rural também levam ao abandono de atividades tradicionais como o artesanato e a uma crescente dependência em relação a produtos industrializados.

Também a ausência de um modelo de educação contextualizada e interessante para os jovens do campo desestimulam a continuar nas escolas regulares e assim a desvalorizar a vida nas comunidades rurais. Entretanto, “a ideia de “fim do rural” ignora que esse espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, pode ser valorizado pelos jovens que ali residem” (Valadares et.al, 2016, p. 60).

Ainda segundo Valadares et.al, do contexto da pesquisa realizada com integrantes da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR da CONTAG),

[...] constata-se que a maior parte dos jovens deseja permanecer no campo, ou seja, deseja construir projetos de futuro nas áreas rurais. O êxodo, diferentemente de outras décadas, não constitui a opção principal da juventude. Entretanto, para estes permanecerem são necessárias políticas públicas capazes de assegurar as condições indispensáveis à sua qualidade de vida e ao desenvolvimento pleno de suas capacidades (Grifo nosso, 2024).

Apesar das análises produzidas sobre a temática da juventude se encontrarem, ainda, centradas na juventude urbana, pode-se observar um conjunto de estudos que aponta para a impossibilidade de tratar dos temas no singular, evidenciando o registro de múltiplas ‘juventudes’ nas mais diversas configurações sociais (NOVAES, 1997, 1998).

Outra questão que mais influência na migração da juventude da região do São Francisco tem sido a deficiência de políticas e programas públicos específicos para este segmento. Na perspectiva desse contexto e da existência das múltiplas juventudes, o CMDS de Jaguarari apresentou propostas por meio de suas representações no desenvolvimento da pesquisa de campo com os grupos focais, com objetivo de contribuir na promoção do segmento jovem rural do município.

Foto 4 – Momento de pesquisa junto aos grupos focais participantes do CMDS, juventude presente.



Fonte: Registros dos arquivos do autor, (2023).

No Quadro 5 a seguir, é apresentada a sistematização das propostas indicadas pelos entrevistados, sobretudo no que se refere as intervenções necessárias para mudar o *status quo* que nomeia a ação a ser implementada, além dos executores institucionais, o prazo estimado para a implementação e a correlação das intervenções necessárias com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quadro 5 - Detalhamento da Área: de Intervenção Juventude

Intervenções Necessárias	Projetos/ Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) CRIAÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE				
CRIAR O CENTRO DA JUVENTUDE	<ul style="list-style-type: none"> *Providencias junto a prefeitura ou quem tenha um espaço vago para montagem do Centro da Juventude. * Divulgação dos cursos, procurando novos meios de comunicação (Coletivos de Jovens etc.). *Mobilização de jovens que fazem cursos em outros municípios vizinhos para darem palestras e oficinas. *Realização de consulta pública com os jovens jaguarienses para saber quais são os cursos mais procurados. *Captação de profissionais do próprio município de Jaguarari para ministrarem os cursos. *Promoção frequentes palestras sobre diferentes profissões (com profissionais, professores, estudantes). 	<p>ACIAJ, Associações Locais, Cooperativas, ONGs, prefeitura, Secretarias de Governo, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e Grupos de Jovens.</p>	Médio Prazo	<p>ODS Nº 10 – Redução das Desigualdades: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.</p>

2) CRIAÇÃO DO CENTRO ENTRETENIMENTO ITINERANTE				
CRIAR O CENTRO DE ENTRETENIMENTO ITINERANTE.	<p>*Diálogos com os comerciantes, para saber quem tenha interesse em participar de um espaço para eventos de jovens. Articulação com a prefeitura ou quem tenha um espaço vago para montar o Centro da Juventude.</p> <p>*Incentivo às bandas e artistas de Jaguarari visando dar oportunidade, em fim de semana, para banda e artista se apresentarem no "centro da cidade".</p>	ACIAJ, Comerciantes Locais, prefeitura, Secretarias de Governo, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e Grupos Culturais e Bandas.	Médio Prazo	ODS Nº 10 – Redução das Desigualdades: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
3) CRIAÇÃO DA NOVA BIBLIOTECA PÚBLICA				
OFERECER UMA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL COM UMA ESTRUTURA BOA E AMPLA.	<p>*Disponibilização de um espaço maior, mais organizado, melhor localizado e sem barulho para biblioteca.</p> <p>* Diversificação, com maior variedade de livros para leitura, destinados para empréstimos.</p> <p>*Contratação de profissionais de biblioteconomia para melhor atendimento e organização.</p> <p>*Promoção de campanhas de doações de livros e recursos financeiros para revitalizar a biblioteca municipal.</p>	Prefeitura, Secretarias de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, Escolas e Comunidades.	Médio Prazo	ODS Nº 10 – Redução das Desigualdades: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
4) DIVERSIFICAÇÃO DE MODALIDADES ESPORTIVAS				
INCENTIVAR AS DIVERSAS MODALIDADES DE ESPORTES.	<p>*Promoção de outras modalidades de esportes, além do futebol, promovendo campeonatos municipais que incluam as mulheres também, utilizando o ginásio municipal.</p> <p>*Articulação com o Departamento de Esportes para organizar os campeonatos.</p> <p>*Formação de parcerias.</p>	Rádios (AM/FM), Comerciantes, Empresários, Prefeitura Municipal, Secretarias de Governo, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, Escolas e Comunidades.	Médio Prazo	ODS Nº 10 – Redução das Desigualdades: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

5) CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREMIAÇÃO JOVEM CRIATIVO E INOVADOR				
CRIAR UM PROGRAMA DE PREMIAÇÃO JOVEM CRIATIVO E INOVADOR.	<ul style="list-style-type: none"> * Promoção de premiações com bolsas de estudos, instrumentos musicais, computadores, material de pintura, materiais esportivos etc. para jovens que destacarem no município de Jaguarari com sua atuação. *Articulação com as rádios locais sobre a existência do programa, critérios da premiação e abrir espaço para esses jovens poderem mostrar suas músicas e talentos que valorizam a cidade. *Divulgação nas escolas, na rua, com boca-a-boca o horário do programa. *Negociação com as diretoras para que levem o jornal para dentro das escolas. *Utilização dos murais das escolas para divulgar eventos, reuniões, entre outros. *Divulgação das novidades nas associações de bairro da zona rural. 	Prefeitura Municipal Secretarias de Governo, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude.	Médio Prazo	ODS Nº 10 – Redução das Desigualdades: Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.6 Meio Ambiente, Infraestrutura Hídrica, Saneamento Básico

"A agroecologia é uma ciência que orienta a adoção de tecnologias e práticas em sistemas de produção, procurando imitar os processos como ocorrem na natureza, evitando romper o equilíbrio ecológico que dá a estabilidade aos ecossistemas naturais." Ela é muito importante para manter a vitalidade do planeta, pois além manter o equilíbrio ecológico, também produz alimentos de boa qualidade, livre de resíduos químicos, uma vez que não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis e agrotóxicos. Igualmente, contribui com a segurança alimentar e com a conservação e melhoria ambiental, por meio do uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais (Pereira, 2014).

Levando em conta as considerações acima, pode-se chegar à interpretação de que os seres humanos são ao mesmo tempo integrantes, dependentes e agentes transformadores do ambiente no qual vivem. Logo, a ação sobre o meio ambiente natural é o que garante a sobrevivência humana ou a sua própria destruição a depender do grau de sua interferência sem a devida reposição equilibrada.

Outro conceito levado em conta nas discussões plenárias do CMDS de Jaguarari foi àquele relacionado com o princípio da complexidade, que se constitui em um dos eixos integradores em agroecologia, em que ele prevê, dentre outras coisas, a valorização, sistematização e socialização participativa dos processos e práticas agroecológicas,

apreciando os conhecimentos, as culturas populares e as suas formas de expressão. Levou-se em conta também a indissociabilidade entre extensão-ensino-pesquisa e relevância das pessoas individualmente, da comunidade e das relações sociais na construção do conhecimento agroecológico.

Pautando-se nesses variados conceitos, o CMDS de Jaguarari formulou propostas em condições mais integradas para o equilíbrio e manutenção do meio ambiente natural, o fortalecimento da infraestrutura hídrica e a ampliação do uso do saneamento básico. Os dados disponíveis do IBGE Cidades para 2010 revelam que, por exemplo, o Município de Jaguarari ainda apresenta 55,1% ou um pouco mais da metade dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 33,2% lançam os resíduos em fossas ou de outras formas e 13,3% não possuem banheiro ou sanitário (Figura 12).

As internações devido a diarreias são de 9,2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com os 417 municípios do estado, este registro de saúde pública fica no patamar de 189 de 417. Como é de conhecimento geral, a maioria das diarreias tem como causa os vírus, as bactérias ou parasitas comuns em domicílios que apresentam precárias condições de higiene sanitária. Além da diarreia, outras doenças são oportunizadas por falta de saneamento, como a disenteria bacteriana, febre tifoide, leptospirose, cólera, hepatite A, giardíase, verminose, arboviroses e amebíase.

Figura 12 – Saneamento Básico do Município de Jaguarari

Informações do Censo Demográfico IBGE (2010)				
Município	Total de domicílios com banheiro ou sanitário	Lançamento na rede geral (%)	Lançamento em Fossas do tipo sépticas ou de outras formas (%)	Domicílios que sequer possuem banheiro ou sanitário
JAGUARARI	8024	55,1%	33,2%	1068

Fonte: IBGE/AGERSA, 2019.

Com relação a importante frente da infraestrutura hídrica, o sistema de abastecimento de água do município é abastecido pelo sistema integrado do Município de Senhor do Bonfim, que atende ao distrito sede e povoados, abastecendo 21.035 economias, sendo 19.051 residenciais. Possui captação em manancial de superfície nos lagos da barragem do rio Aipim e da barragem do rio da Prata, que recebe águas da barragem do rio Aipim. Segundo informações da gerência local da prestadora dos serviços de água e esgoto, esse sistema disponibiliza água com regime de manobras por 4 dias ininterruptos da semana. No

entanto, a distribuição de água para as localidades de Aroeira e Catuaba ocorre com intermitência, chegando a ficar 6 dias sem água e 2 dias com abastecimento de água. De tal modo, que a principal reclamação por parte da população é sobre a falta sistemática da água ofertada pela prestadora dos referidos serviços.

A água encaminhada até o município de Jaguarari recebe o seguinte percurso de tratamento. A água bruta após captação é encaminhada para ser tratada de forma convencional na (ETA1), para então seguir para o reservatório apoiado de 600 m³, e a partir daí até Estação Elevatória de Água Tratada (EETA1), em seguida para o Booster na localidade de Carrapichel, depois para a recloração na ETA/Jaguarari e a posterior distribuição para os consumidores do município.

Isto posto, a partir da discussão em plenária sobre a área que envolve as três frentes de alta relevância para o Município de Jaguarari, a saber: o Meio Ambiente Natural, a Infraestrutura Hídrica e o Saneamento Básico, foram geradas as seguintes propostas de projetos/atividades contidas no Quadro 6.

Foto 5 – Grupos Focais da pesquisa: Representantes de Associações Comunitárias, Cooperativas, Poder Público, Entidade de ATER.



Fonte: Registros dos arquivos do autor, 2024.

**Quadro 6 - Detalhamento da Área de Intervenção
Meio Ambiente, Infraestrutura Hídrica e Saneamento Básico**

Intervenções Necessárias	Projetos/ Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS DE FERROCIMENTO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA				
AMPLIAR A IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS DE FERROCIMENTO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA PARA CONSUMO HUMANO E PRODUÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	<p>*Ensino e divulgação no uso das cisternas.</p> <p>*Apoio na implantação das cisternas.</p> <p>*Oferta de assistência técnica e extensão rural para implantação de cisternas.</p>	<p>Secretarias Municipais de Agricultura e Recursos Hídricos e Obras</p> <p>CAR</p> <p>SDR</p> <p>Consórcio Público PNI</p> <p>Entidades de ATER</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 06 – Água Potável e saneamento: Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p>
2) DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DE MEIO AMBIENTE				
DIVULGAR SISTEMÁTICA E FREQUENTEMENTE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE O MEIO AMBIENTE.	<p>*Divulgação de informações sobre o meio ambiente tais como: descarte do lixo doméstico, comercial, hospitalar, prejuízo de usar agroquímicos nas plantações, desmatamento, queimadas.</p>	<p>Secretarias Municipais de Agricultura e Recursos Hídricos, Governo, Meio Ambiente</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Cooperativas</p> <p>ONGs</p> <p>Entidades de ATER</p>	<p>Curto Prazo</p>	<p>ODS Nº 06 – Água Potável e saneamento: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p>
3) INCENTIVO AO REUSO DA ÁGUA DOMÉSTICA				
INCENTIVAR O REUSO DA ÁGUA DOMÉSTICA.	<p>*Promoção de dias de campo com pessoas que já fazer o reuso da água para envolver a participação da população.</p> <p>*Ensino e divulgação do reuso por meio de vídeos educativos.</p> <p>*Fornecimento de assistência técnica continuada.</p>	<p>Secretarias Municipais de Agricultura e Recursos Hídricos</p> <p>Governo</p> <p>Meio Ambiente</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Cooperativas, ONGs</p> <p>Entidades de ATER</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 02 – Fome zero e agricultura sustentável:</p> <p>Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.</p>

4) INCENTIVO AO REUSO DO RESÍDUO DOMÉSTICO ORGÂNICO				
INCENTIVAR O REUSO DO LIXO DOMÉSTICO PARA FABRICAÇÃO CASEIRA DE COMPOSTO/ADUBO ORGÂNICO	<p>*Promoção de dias de campo com pessoas que já fazem o reuso da água para envolver a participação da população.</p> <p>*Ensino e divulgação do reuso por meio de vídeos educativos.</p> <p>*Fornecimento de assistência técnica continuada.</p>	<p>Secretarias Municipais de Agricultura e Recursos Hídricos</p> <p>Governo</p> <p>Meio Ambiente</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Cooperativas</p> <p>ONGs</p> <p>Entidades de ATER</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 06 – Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.</p>
5) INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO COM OS RESÍDUOS DOMÉSTICOS				
ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO COM O LIXO DOMÉSTICO.	<p>*Promoção de oficinas com estudantes de química para a reutilização do óleo comestível doméstico na produção sabão para pets e lavar louças.</p>	<p>Secretarias Municipais de Agricultura e Recursos Hídricos, Governo</p> <p>Meio Ambiente</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Cooperativas</p> <p>ONGs</p> <p>Entidades de ATER</p>	<p>Curto Prazo.</p> <p>Médio Prazo.</p>	<p>ODS Nº 06 – Água Potável e saneamento: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p>
6) INCENTIVO AO CUMPRIMENTO DAS LEIS AMBIENTAIS				
INCENTIVAR A OBEDIÊNCIA AS LEIS AMBIENTAIS.	<p>*Divulgação das leis ambientais por meio de informativos eletrônicos nas redes sociais.</p>	<p>Secretarias Municipais de Agricultura e Recursos Hídricos</p> <p>Meio Ambiente</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Cooperativas</p> <p>ONGs</p> <p>Entidades de ATER</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	<p>ODS Nº 06 – Água Potável e saneamento: Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.7 Gênero

A pesquisa trouxe visibilidade a participação das mulheres no CMDS, confirmando sua posição nas relações produtivas dentro das associações, cooperativas, sindicatos e órgãos públicos que fazem parte, evidenciando as mudanças de suas representações na organização familiar e o seu reposicionamento nas relações familiares.

Tal constatação mostra a complexidade e a necessidade de compreender o enfoque científico da agroecologia, considerando que o processo de transição agroecológica é sistêmico, holístico, interdisciplinar e multidimensional, e inclui dentre seus eixos integradores e princípios (princípio da transformação no caso), à atuação crítica sobre todas

as formas de dominação e desigualdades sociais, particularmente sobre aquelas de gênero, raça, etnia, diversidade sexual e geração.

Foto 6 – Pesquisa junto aos grupos focais participantes do CMDS, mulheres presentes.



Fonte: Registros dos arquivos do autor, (2023).

A valorização da questão de gênero dentro do CMDS de Jaguarari, implica manter o estímulo da participação da população feminina em geral e que elas possam colaborar com o desenvolvimento sustentável local de cada área, seja na social, ambiental, econômica e institucional, para garantir a construção de um “novo território habitado” e avançar com o processo de transição agroecológica no município. Alguns bons exemplos podem ser mencionados como os quintais agroecológicos onde se cultiva hortaliças, frutas, plantas medicinais, na sua maioria cuidados pelas mulheres da família dos pequenos produtores; a preparação da alimentação e os cuidados sobre a prole.

Também o trabalho feminino predomina nas pequenas criações da dieta familiar (aves e ovos, suínos etc.). Além disso, os registros de controle e contabilidade das roças ficam por conta do trabalho feminino. As cadernetas de campo ou agroecológicas registram todo o seu trabalho no quintal e também a sua produção de artesanato diário. Essa ferramenta útil e simples ganhou grande repercussão na esfera dos programas de apoio à agricultura familiar de diferentes governos do Nordeste do País nos últimos anos.

Como resultados das discussões em plenária sobre a área em apreço, foram gerados os seguintes projetos/atividades expostos no Quadro 7. Também é importante ressaltar a coluna desse quadro em referência que contém os enunciados dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda da ONU/2030.

É importante ressaltar que várias propostas que foram retiradas da plenária, quando da realização da pesquisa, estão direcionadas para a resolução da questão da violência contra a mulher e da saúde pública nesse segmento (Quadro 7).

**Quadro 7 - Detalhamento da Área de Intervenção
Gênero**

Intervenções Necessárias	Projetos/Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) APOIO AO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DA MULHER				
AMPLIAR O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES VÍTIMAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E QUE EXERCEM A ATIVIDADE DA PROSTITUIÇÃO.	*Realização de palestras e oficinas no Centro de Cultura de Jaguarari falando sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres vítimas da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição na cidade e no campo.	PM SPM Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Ação Social ONGs Associações comunitárias	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 5 – Igualdade de Gênero: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
2) DIVULGAÇÃO DE LEIS DE PROTEÇÃO DA MULHER				
DIVULGAR MAIS AMPLITUDE SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E DEMAIS NORMAS JURÍDICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	*Promoção de palestras e oficinas no Centro de Cultura de Jaguarari versando sobre a Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais.	PM SPM Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Ação Social ONGs Associações comunitárias	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 5 – Igualdade de Gênero: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.
3) PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER				
PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	*Promoção de palestras e oficinas no Centro de Cultura de Jaguarari e Associação Comercial versando sobre a temática relacionada com a prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços públicos e privados	PM SPM Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Ação Social ONGs Associações comunitárias	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 5 – Igualdade de Gênero: Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
4) APOIO AO COMBATE DA AIDS ENTRE MULHERES				
COMBATER COM MAIS ÊNFASE À FEMINIZAÇÃO DA AIDS.	Massificação da distribuição de boletins informativos nas redes sociais sobre a importância do uso do preservativo, masculino ou feminino, em todas as relações sexuais (orais, anais e vaginais), explicando que é o método mais eficaz para evitar a transmissão das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do HIV/Aids e das hepatites virais B e C.	PM SPM Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Ação Social ONGs Associações comunitárias	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 5 – Igualdade de Gênero: Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5) APOIO AO CONTROLE DE DOENÇAS SOCIALMENTE TRANSMISSÍVEIS				
DISTRIBUIR REGULARMENTE PRESERVATIVOS EM PONTOS DA CIDADE E DA ZONA RURAL.	*Incentivo ao Programa de entrega regular de preservativos na cidade e no campo.	Polícia Militar (PM) SPM Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Ação Social ONGs Associações comunitárias	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 5 – Igualdade de Gênero: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.8 Participação e Mobilização Social

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade
Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade
Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade

(Prelúdio, Letra e Canção de Raul Seixas, 1974).

Foto 7 – Aprovação do CMDS do Produto (E-book)



Fonte: Registros dos arquivos do autor, 2024.

Para fortalecer a participação é necessário estimular a mobilização social e neste sentido a presença da pesquisa de campo com seus questionamentos mexeu com a latente aspiração de participação das representações no CMDS de Jaguarari, tendo e vista, sobretudo, a possibilidade de sua participação no processo de planejamento e execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS), além de fortalecer a comunidade presente em suas demandas coletivas represadas. Neste momento, portanto, a mobilização significou colocar em movimento o CMDS de Jaguarari para se articular com os espaços públicos de decisão do Município.

Nesse contexto, portanto, os pensamentos de Toro e Werneck (2004) conduzem a um tipo de mobilização social que pode ser compreendida como o ato de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado”. Posto isso, convocar vontades diz respeito a “convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o cotidiano” (Toro e Werneck, 2004, p.13-14).

Como efeitos da discussão em plenária sobre a área de Mobilização e Participação Social do Município de Jaguarari, foram suscitados os seguintes produtos contidos no Quadro 8, a seguir.

Foto 8 – Assembleia Extraordinária do CMDS com a participação das associações, cooperativas, sindicatos, outros conselhos, prefeito e secretários municipais



Fonte: Registros dos arquivos do autor, (2023).

**Quadro 8 - Detalhamento da Área de Intervenção
Participação e Mobilização Social**

Intervenções Necessárias	Projetos/Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) PARTICIPAÇÃO CIDADÃO NA CONSTRUÇÃO DO PMDS				
FAZER COM QUE A POPULAÇÃO POR MEIO DO CMDS TENHA UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA CONSTRUÇÃO DO PMDS E DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.	<ul style="list-style-type: none"> *Garantia de que a população tenha conhecimento e informações sobre como funciona a construção do PMDS e as dotações orçamentária do município. *Criação de canais de fiscalização e acompanhamento dos gastos públicos por parte do CMDS e munícipes. *Estímulo para a participação da população na indicação das prioridades para as comunidades e bairros. 	<p>Moradores,</p> <p>Entidades da sociedade civil</p> <p>Poder público municipal.</p>	<p>Curto Prazo.</p> <p>Médio Prazo.</p>	<p>ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.</p>

2) MELHORIA DAS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS				
ASSEGURAR QUE AS ASSOCIAÇÕES LOCAIS POSSAM ESTAR MELHOR ESTRUTURADAS.	<p>*Estímulo a organização da documentação das associações.</p> <p>*Elaboração de boletim informativo eletrônico que oriente as associações sobre todos os caminhos a serem percorridos, para garantir às entidades as documentações necessárias para futuros convênios com a prefeitura, e para os conselhos.</p> <p>*Disponibilização de funcionários públicos e parceiros institucionais para auxiliar as entidades na regularização da documentação.</p>	<p>Associações Comunitárias</p> <p>Conselhos</p> <p>Poder público municipal</p> <p>Líderes comunitários</p>	Curto Prazo	ODS Nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
3) CRIAÇÃO DE REDE SOCIAL DO CMDS				
CRIAR UMA REDE SOCIAL DO CMDS QUE INTERLIGUE A COMUNICAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, ONGS, IGREJAS ETC.	*Mapeamento dos problemas sociais nos diferentes bairros e comunidades rurais para que se tenha um diagnóstico de todas as regiões do município.	<p>Poder público (diversas secretarias)</p> <p>Associações comunitárias</p> <p>Líderes comunitários</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
4) DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO				
COMUNICAR E SUBSIDIAR A COMUNIDADE PARA QUE POSSA SER MAIS INFORMADA, PARTICIPATIVA E ATUANTE.	<p>*Confecção de boletins informativos a serem colocados em murais estratégicos em cada bairro, comunidade, melhorar a chegada da informação de serviços, eventos da prefeitura, reuniões, conselho.</p> <p>*Criação de uma cartilha para informar o povo sobre seus direitos e deveres.</p> <p>*Implementação de cursos de capacitação para agentes e mobilizadores comunitários.</p> <p>*Divulgação nos bairros, comunidades, por meio dos boletins e demais, as audiências públicas com poder público.</p>	<p>Poder público</p> <p>CMDS</p> <p>Associações Comunitárias</p> <p>Líderes Comunitários</p>	Curto Prazo	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.
5) MOBILIZAÇÃO DO CMDS DE JAGURARI PARA ESTREITAR RELAÇÕES				
MOBILIZAR AÇÕES QUE APROXIMEM O GOVERNO LOCAL DA COMUNIDADE.	<p>*Criação do CMDS itinerante para visitar cada região uma vez por ano, oferecendo os diferentes serviços da prefeitura de forma mais acessível e próxima da população.</p> <p>*Promoção de diálogos abertos do poder público com a população. Fazer com que o poder público esteja mais acessível à população, indo em cada região para escutar anseios e problemas da comunidade.</p>	<p>Poder público</p> <p>CMDS</p> <p>Associações comunitárias</p> <p>Líderes comunitários</p>	Curto Prazo	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

6) ARTICULAÇÃO PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA				
ARTICULAR ESFORÇOS, CMDS, DO GOVERNO, EMPRESAS E COMUNIDADE PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIES.	<p>*Promoção de cursos de elaboração de projetos para associações comunitárias, ONGs e poder público.</p> <p>*Incentivo as entidades elaborem projetos que possam ser financiados por empresas privadas e públicas como ações de responsabilidade social, cultural, ambiental e econômica/infraestrutura.</p>	<p>Associações Comunitárias</p> <p>Poder público,</p> <p>Conselhos Municipais</p> <p>Empresas</p>	Curto Prazo	<p>ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes:</p> <p>Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.9 Saúde

A realidade de Jaguarari não é muito diferente de muitos municípios do interior do Nordeste brasileiro, pois muitas pessoas sofrem com a falta de uma resistência orgânica adequada, a baixa renda de grande parte da população, a falta de emprego, as más condições de habitabilidade, saneamento básico inadequado, a deterioração ambiental, a precária organização do trabalho, a poluição dos lixões, a violência nas comunidades e bairros, o tráfico de drogas, dentre outros fatores que provocam estados de solidão, angústia, depressão, estresse, alienação, intoxicação por agentes químicos, doenças decorrentes de dependência das drogas (medicamentos, álcool, cigarro, maconha, crack, cocaína, LSD, êxtase), má alimentação e intoxicação alimentar, alcoolismo crônico e comportamentos de risco geradores de doenças e problemas a saúde.

Diante dessas precárias condições de vida de parte expressiva da população, os participantes do CMDS de Jaguarari – considerando prioritária a atenção à saúde e ao bem-estar na Agenda 2023 da ONU – propuseram um conjunto de ações e políticas públicas de promoção das condições da saúde para todos, que, por meio de estratégias consistentes proporcionariam os serviços especializados de saúde nas diversas dimensões, incluindo a participação de todas as áreas relacionadas ao sistema de saúde, mas com foco prioritário nas pessoas que residem no campo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças”. Essa concepção amplia a ideia do senso comum que parte das pessoas tem sobre esse tema, porque é muito comum essas mesmas pessoas relacionarem saúde apenas com a ausência de enfermidades. Mas na realidade, a saúde é uma conquista e passa pelo exercício pleno da cidadania, pois se faz necessário assumir a responsabilidade pela sua própria saúde, da família e da comunidade,

de maneira participativa, fazendo valer os direitos básicos de todo cidadão previsto na Constituição do Brasil.

Como consequências das discussões em plenária sobre a área de Saúde do Município de Jaguarari, foram geradas as seguintes informações contidas no Quadro 9, a seguir.

Foto 9 – Pesquisa junto aos grupos focais participantes do CMDS, de onde a temática da saúde surgiu.



Fonte: Registros dos arquivos do autor, (2023).

**Quadro 9 - Detalhamento da Área de Intervenção
Saúde**

Intervenções Necessárias	Projetos/Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) APOIO À HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE				
PROMOVER A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO À SAÚDE NA ZONA RURAL.	<ul style="list-style-type: none"> *Criação de uma Ouvidoria da Saúde municipal rural via WhatsApp para facilitar atendimento das demandas de comunidades isoladas do campo. * Criação de serviço médico itinerante na zona rural. * Criação de uma farmácia popular ambulante para zona rural. 	Conselho de saúde, Secretaria de Saúde Comunidade e Mídia. Prefeitura Municipal Câmara Municipal de Vereadores, Promotora Conselhos Municipais e Comunidade Ministério da Saúde (Programa Farmácia Popular)	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 03 – Saúde e Bem-Estar: Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

2) REORDENAMENTO E AMPLIAÇÃO DA SAÚDE NA ZONA RURAL				
REORDENAR E AMPLIAR O SERVIÇO DE SAÚDE PARA POPULAÇÃO DA ZONA RURAL.	<p>*Ampliação do acesso aos serviços e programas de saúde para o incremento de atividades preventivas através da abordagem da promoção da saúde e outras atividades relacionadas.</p> <p>*Aumento do número de agentes itinerantes comunitários de saúde rurais.</p>	<p>Prefeitura Municipal Secretarias Estadual e Municipal de Saúde Ministério da Saúde (Fundo Social de Solidariedade) Câmara Municipal de Vereadores</p>	Curto Prazo	<p>ODS Nº 03 – Saúde e Bem-Estar: Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</p>
3) PROMOÇÃO DE ESPAÇOS SAUDÁVEIS				
PROMOVER ESPAÇOS SAUDÁVEIS NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI QUE APOIEM A PROMOÇÃO DA SAÚDE.	<p>*Difusão, por meio de assistência técnica e extensão rural, de práticas agrícolas que não usem insumos que causem danos à saúde do trabalhador(a) rural.</p> <p>* Comunicação para a população por meio de boletins informativos e vídeos sobre essas práticas.</p>	<p>Sindicatos Escolas Cooperativas Igrejas Empresas Associações Fazendas e Sítios Sindicatos Assistência Técnica Secretaria de Agricultura Centros Públicos de Pesquisa</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Longo Prazo</p>	<p>ODS Nº 03 – Saúde e Bem-Estar: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.</p>
4) CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE				
PROMOVER A SAÚDE COM A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA, ASSOCIAÇÕES LOCAIS, SINDICATOS, ACIAJ.	<p>* Realização de oficinas e palestras sobre a adoção de estilos de vida saudáveis voltadas para os pais e comunidade escolar (alunos, professores e funcionários).</p> <p>*Envolvimento de jovens estudantes, poder público e lideranças comunitárias nos projetos de construção de espaços de saudáveis no município.</p>	<p>Equipe de saúde e Professores Secretarias de Educação, Esporte e Cultura Entidades sociais e ONGs Secretarias de Assistência Social, de Meio Ambiente, Estudantes Empresas Pais, Mestres e Comunidade</p>	Curto Prazo	<p>ODS nº 03 – Saúde e Bem-Estar: reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.</p>
5) MELHORIA AS ROTAS DE REGULAÇÃO DA SAÚDE DA ZONA RURAL				
MELHORAR AS ROTAS DE REGULAÇÃO DE ALGUMAS REGIÕES DA ZONA RURAL.	<p>*Melhoria da oferta de traslado para atender os pacientes da zona rural.</p>	<p>Conselho de Saúde Secretaria de Saúde Comunidade e Mídia Conselhos Municipais</p>	<p>Curto Prazo.</p> <p>Médio Prazo.</p>	<p>ODS Nº 03 – Saúde e Bem-Estar: Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

2.4.10 Segurança Pública

“Não se pode separar paz de liberdade porque ninguém consegue estar em paz a menos que tenha sua liberdade”. (Malcolm X).

Os efeitos cotidianos da violência e da criminalidade são percebidos pela comunidade e seus moradores, em primeiro lugar, sob a forma concreta de furtos, roubos (assaltos a mão armada), agressões físicas, vandalismos de bens públicos, entre outras formas de violência explícita, ou através da sensação de medo e insegurança pela falta de infraestrutura oferecida nas localidades de todo Município de Jaguarari.

No entanto, é sabido que as causas desses efeitos são decorrências da deficiência de acesso as políticas públicas e direitos básicos, que não são assegurados para todos os cidadãos, bem como fruto da cruel desigualdade social e de falta de oportunidades que afligem grande parte da população do Município de Jaguarari. Para se ter uma ideia da distribuição de rendimentos entre os residentes no referido município, os dados oficiais do IBGE Cidades, 2023 revelam que mais da metade (50,8%) da população percebia até meio salário-mínimo por pessoa, equivalente a um valor nominal de R\$ 706,00 a preços de 2024. Já o salário médio mensal era de 3,2 salários-mínimos, equivalente a R\$ 4.518,40, atualizado para 2024. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 13,73%.

Fotos 10 e 11 – Pesquisa junto aos Grupos Focais Participantes do CMDS de Jaguarari, na Temática a Segurança Pública



Fonte: Registros dos arquivos do autor, (2023).

Os participantes do CMDS refletindo sobre a implantação de ações e políticas públicas preventivas relacionadas aos fatores determinantes da violência, como a degradação ambiental, o desemprego, problemas de saneamento, de iluminação pública e de falta de espaços de cultura e lazer, ofereceram propostas que visam trazer benefícios para a segurança no município.

Como decorrências da discussão em plenária sobre a área de Segurança do Município de Jaguarari, foram suscitados os seguintes projetos/atividades contidos no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 - Detalhamento da Área de Intervenção
Segurança Pública

Intervenções Necessárias	Projetos/Atividades	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato
1) DIVULGAÇÃO E APOIO À CULTURA DA PAZ				
OFERTAR UMA EDUCAÇÃO BASEADA EM VALORES DA CULTURA DE PAZ, DENTRO E FORA DAS ESCOLAS.	*Criação de um programa municipal de cultura de paz com participação de escolas, comerciantes, secretarias municipais, bancos, empresas.	Sociedade civil organizada (Conselhos, PM, Guarda municipal, ONGs, Associações comunitárias etc.) Poder público.	Curto Prazo	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
2) REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA GERAL DA SEGURANÇA PÚBLICA				
REQUALIFICAR A INFRAESTRUTURA GERAL.	*Melhoria das vias e calçamentos, da iluminação pública, sinalização e monitoramento das entradas da cidade com câmeras digitais. *Ocupação de áreas institucionais e espaços públicos ociosos com atividades de esporte, lazer e cultura. *Intensificação e qualificação da ação policial. *Implantação de sistema de radiocomunicação e instalação de câmaras. *Ampliação e valorização da Guarda Municipal e aquisição de viaturas de ronda e blitz.	Poder público, Parceiros institucionais, Autoridades policiais e sociedade civil.	Curto Prazo Médio Prazo	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

3) PROMOÇÃO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E COESÃO SOCIAL				
FOMENTAR ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E COESÃO SOCIAL.	<p>*Criação de um Departamento na Secretaria de Assistência Social com estrutura participativa, voltada às questões da família, com uma política de acompanhamento social.</p> <p>*Elaboração de documento orientador para a política municipal de segurança pública junto as comunidades.</p>	Poder público Secretaria de Serviço Social e Outros Parceiros Institucionais	Curto Prazo	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
AMPLIAÇÃO DO CONTINGENTE DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES				
AMPLIAR O CONTINGENTE DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES.	<p>*Criação de um documento expondo os motivos para Governador do Estado e Secretaria de Segurança pública com dados locais solicitando a ampliação o contingente de policiais civis e militares.</p>	Secretaria Municipal de Governo PM Delegacia de Polícia Civil.	Curto Prazo	ODS Nº 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

3 IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO

Os indicadores de impacto procuram medir os resultados obtidos, a longo prazo, dos projeto/atividades implementados e demonstram se a iniciativa atingiu o seu objetivo final. Os indicadores de impacto podem ser tanto qualitativos como quantitativos. Os impactos qualitativos avaliam o nível de satisfação das comunidades com a prestação de bens e serviços. Já os quantitativos aferem a quantidade de novas atividades que as comunidades receberam em termos de bens e serviços.

Os impactos são positivos quando os esforços geram benefícios para a população favorecida e eles geralmente estão relacionados ao usufruário do projeto/atividade. Os benefícios são medidos através do nível de satisfação do que foi entregue. Seus efeitos são perceptíveis a curto, médio e no longo prazo. Os impactos positivos esperados são:

QUADRO 11 - IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS ESPERADOS

Impactos Socioculturais Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Ampliação das atividades de cultura, lazer e esporte.	Aumento da participação nas diversas modalidades de esporte, cultura e lazer.	Relatório de Atividades.
Ampliação da educação contextualizada.	Aumento do acesso nas diversas modalidades de educação formal.	Relatório de Atividades.
Valorização da Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar do Município pela comunidade local.	Aumento na difusão da agroecologia junto as comunidades. Aumento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo.	Relatório de Atividades.
Fomento ao empreendedorismo rural e urbano.	Formalização dos agentes e empreendedores do setor.	Relatório de Atividades.
Fortalecimento da Juventude.	Acesso da Juventude as diversas políticas públicas de inclusão social.	Relatório de Atividades.
Fomento à preservação ambiental e ecoturismo.	Conservação e restauração da caatinga e ampliação das diversificadas atividades de ecoturismo rural no Piemonte.	Relatório de Atividades.
Ampliação de infraestruturas.	Ampliação do saneamento básico, habitação, estradas vicinais, iluminação pública, cisternas, calçamento.	Relatório de Atividades.
Fomento à Inclusão de Gênero.	Aumento da participação das mulheres nas diversas atividades sociais.	Relatório de Atividades.
Fomento à participação social.	Ampliação da participação em conselhos.	Relatório de Atividades.
Ampliação do acesso aos serviços de saúde.	Ampliação da distribuição de medicamentos, transporte, vacinas, médicos.	Relatório de Atividades.
Ampliação do acesso aos serviços de segurança pública.	Ampliação do contingente de policiais e seguranças nas comunidades. Diminuição da criminalidade.	Relatório de Atividades.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

QUADRO 12 - IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS ECONÔMICOS ESPERADOS

Impactos Econômicos Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Aumento do fluxo de consumo da população.	Número de pessoas consumindo no mercado local.	Pesquisas por meio de questionários estatísticas oficiais. Levantamento do Valor agregado bruto gerado. Entrevistas, relatórios, depoimentos. CAGED, MEI e CAF. Associação Comercial e Industrial.
Geração de receita municipal devido ao aumento do fluxo de consumo e Nº de empreendimento formais em funcionamento.	Aumento de arrecadação municipal através de taxas e do faturamento mensal das Instituições privadas.	
Melhoria da renda e da qualidade de vida.	Crescimento pessoal e profissional da comunidade local envolvida nas diversas cadeias produtivas. Aumento do poder de compra da população (aumento da ocupação e movimentação bancária).	
Geração de atividades produtivas formais.	Aumento do emprego formal no município. Abertura de novas empresas no município.	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

QUADRO 13 - IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS POLÍTICO INSTITUCIONAL ESPERADOS

Impactos Político Institucional Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Maior número de representantes da sociedade civil empossados e atuantes nos conselhos.	Números de membros presentes e ações.	Lista de presença, atas, reportagens, documentação fotográfica. Lei que criou o CMDS de Jaguarari respeitada e implementada.
Execução, Avaliação Contínua do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável.	Inclusão do PMDS como requisito prioritário na legislação que instituiu o CMDS.	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

QUADRO 14 - IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS AMBIENTAIS ESPERADOS

Impactos Ambientais Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Respeito e valorização do Patrimônio Natural, Artístico e Cultural.	Número de adeptos do Ecoturismo e atividades culturais, esporte e lazer.	Fotos e relatos. Monitoramento da qualidade ambiental.
Preservação ambiental.	Fortalecimento do CONSEMA e criação de mais ONGs ambientais.	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

QUADRO 15 - IMPACTOS POSITIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO GERAL ESPERADOS

Impactos do Desenvolvimento Geral Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Aumento dos empreendimentos formais no campo e na cidade.	Impostos e receita gerados.	Balança de serviços. Pesquisa de opinião.
Aumento da qualidade dos serviços e produtos oferecidos no município.	Satisfação da população local.	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

4 IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO

Por seu turno, os impactos negativos, também chamados de externalidades negativas, são àqueles que têm potencial de gerar fatores que prejudicam a comunidade municipal. Os quadros a seguir, trazem na sua coluna “Indicadores de Impacto” os previsíveis efeitos negativos difundidos pelas diferentes dimensões da realidade pesquisada. É interessante ressaltar que as externalidades negativas surgem quando uma atividade impõe geralmente um custo social maior do que o custo privado. Neste sentido, os impactos negativos esperados são:

QUADRO 16 - IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS ESPERADOS

Impactos Socioculturais Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Cultura local modificada pela entrada da cultura de massa alienante e de consumo.	Mudança de hábito e costumes da população local.	Enquetes com moradores.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

QUADRO 17 - IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS ECONÔMICOS ESPERADOS

Impactos Econômicos Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Especulação imobiliária.	Elevação especulativa do valor de compra e venda e locação de imóveis.	Registro de compra, venda e locação. Enquetes realizadas com os usuários.
Especulação de transportes privados de passageiros.	Valor abusivo de taxas cobradas pelos taxistas e motoristas de topics e vans aos visitantes e turistas e a população em geral.	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

QUADRO 18 - IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS ESPERADOS

Impactos Político-Institucional Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Atritos com gestões futuras.	Interrupção da participação via CMDS no PMDS.	Falta de atualização anual.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

**QUADRO 19 - IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS AMBIENTAIS ESPERADOS**

Impactos Ambientais Esperados	Indicadores de Impacto	Meios de Verificação
Poluição ambiental decorrente do aumento do fluxo de pessoas.	Número de visitantes nos atrativos.	Registro de órgãos ambientais.
Registro de órgãos ambientais.	Fluxo de pessoas e automóveis.	Levantamento estimativo do fluxo de visitantes.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

**QUADRO 20- IMPACTOS NEGATIVOS PREVISTOS, INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO GERAL ESPERADOS**

Preferência por hospedagem na Região fora do município	Preferência por hospedagem dentro da Região.	Meios de Verificação
Preferência por restaurantes e lanchonetes em outra cidade e região.	Número de restaurantes e lanchonetes insuficientes na cidade.	Pesquisas realizadas em hotéis, pousadas e pensões. Registro por meio de comunicação, impresso e virtual, relatos e experiências.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

5 PROGNÓSTICO E DESAFIOS

Nos quadros a seguir, são apresentados a identificação dos pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças (utilizando-se metodologia da Matriz SWOT), diante dos desafios para implantação das atividades e projetos de desenvolvimento propostos para o Município, por meio das sugestões e deliberação dos participantes do CMDS de Jaguarari através da pesquisa acadêmica.

A Matriz SWOT é uma ferramenta de gestão de enfoque cartesiano que possibilita fácil interpretação das principais deficiências e das possibilidades de reversão da situação existente (Brasiliano, 2015). Nesse contexto, é importante se estar atento para a “mitigação” dos riscos, que é um processo preventivo de danos (Figura 13).

Figura 13– Matriz SWOT



Fonte: Meetime, 2018. Adaptado pelo autor, 2024.

Para construir um prognóstico considerando a interação de fatores internos e externos com vistas ao Desenvolvimento Municipal Sustentável, foi decisiva a colaboração dos integrantes do CMDS de Jaguarari, aos quais foi inquirido – nas entrevistas e nos questionários da pesquisa, especificamente com os grupos focais –, sobre o que existe no município que ajuda ou pode vir ajudar o desenvolvimento local (forças) e o que pode travá-lo (fraquezas), bem como o que existe fora da colaboração do Conselho de Jaguarari que poderia dificultar tal desenvolvimento (ameaças), e o que poderia ajudar na resolução dos entraves e/ou desenvolver uma potencialidade (oportunidades).

Portanto, com a intenção de fornecer um panorama sob a ótica de quatro dimensões da realidade estudada, é apresentado, a seguir, um conjunto dos quadros ilustrativos desse assunto.

QUADRO 21 - DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL (AMBIENTE INTERNO)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Algumas escolas municipais e estaduais construídas. • Laboratório de computadores, quadras esportivas e auditórios na sede e zona rural. • Ampliação do contingente de jovens da área rural para ingresso em alguns cursos de nível médio profissionalizante na rede estadual -CETEP de Jaguarari. • Bens culturais existentes. • Bens naturais e arqueológicos. • Diversidade cultural. • Infraestrutura para realização de eventos culturais, acadêmicos, artísticos e esportivos. • Festas típicas e eventos no calendário cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de escolas no meio rural do ensino infantil e fundamental (até o 9º ano) nos assentamentos de fundo de pasto/povoados. • Pouca aderência de propostas de educação contextualizada voltada para a promoção da agroecologia e preservação da caatinga. • Insuficiência de qualificação continuada por parte de alguns educadores municipais voltada a uma educação contextualizada voltada para a promoção da agroecologia e preservação da caatinga. • Insuficiência proposta pedagógica que de continuidade à política desenvolvida pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos). • Dificuldade de manutenção de jovens que ingressam no ensino superior. • Perda de identidade cultural e êxodo rural. • Êxodo Rural. • Associações comunitárias e cooperativas sem fundos e infraestrutura. • Mecanismo de inclusão para os alunos com deficiência incipiente (preconceito da família e profissionais sem preparação). • Vandalismo nas escolas pelos alunos, com omissão da família. • Falta de implantação de unidades federais de cursos superiores públicos. • Dificil acesso a médicos especialistas. • Insuficiência de água encanada em alguns distritos e povoados na zona rural.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

QUADRO 22 - DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL (AMBIENTE EXTERNO)

OPRTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma escola estadual de tempo integral com infraestrutura completa. • Apoio Logístico ao estudante para fazer provas que permitem o ingresso no ensino superior. • Implantação na grade curricular de disciplinas técnicas, inovação, empreendedorismo, pesquisa e extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de aproveitamento do potencial intelectual e artístico do jovem. • Pouca divulgação e apoio a diversidade cultural existente. • Violência e insegurança no campo e na cidade.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

QUADRO 23 - DIMENSÃO AMBIENTAL (AMBIENTE INTERNO)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Barragem de Ponto Novo. • Atuação de ONGs, Associações Comunitárias Locais, Movimento Salves Serras e Ministério Público em relação ao meio ambiente. • Presença de órgãos de pesquisa e extensão no Território (UNIVASF, EMBRAPA, UNEB, IFBA. Entidades de ATER não Governamentais). • Programa de revitalização de Nascentes das Serras da Jacobina presente no município. • Presença de programas de beneficiamento de artesanato e frutas nativas de maneira sustentável. • Disponibilidade de material para reciclagem em abundância. • Criação de uma cooperativa local de catadores de reciclados. • Viveiro de distribuição de Mudas. • Licenciamento ambiental municipal atuante com seu Conselho de Meio Ambiente. • Existência de projetos de ATER com financiamento(FIDA/SDR/CAR/BAHIATER) voltados para transição agroecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca adesão do processo de separação do lixo e destino sustentável de embalagens. • Deficiência de informação sobre a reciclagem do lixo e consciência da população. • Educação deficitária na área ambiental. • Desmatamento. • Muita atividade de mineração sem contrapartidas para o desenvolvimento sustentável. • Não conservação da mata ciliar. • Destruição do Bioma Caatinga.

- Fonte: elaboração do autor, 2024.

QUADRO 24- DIMENSÃO AMBIENTAL (AMBIENTE EXTERNO)

OPRTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização ambiental por parte Da secretaria municipal de meio ambiente. • Projetos de integração do Rio São Francisco a serem executados. • Disponibilidade de recursos para projetos ambientais de ecoturismo. • Capacitação na área ambiental promovida pela UNIVASF, INEMA e Consórcio TPNI. • Disponibilidade de recursos para cursos de reciclagem e investimentos de equipamentos da COVEVASF e CONSEMA. • Existência de um fundo do CONSEMA através das atividades de licenciamento e fiscalização municipal. • Política estadual e municipal de aproveitamento do lixo. • Licenças para agroindústrias da Agricultura Familiar de Queijos e Mel (SIM). 	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito do El Nino. • Transposição do Rio São Francisco (Impactos Ambientais). • Processo de revitalização do São Francisco não é simultâneo ao de destruição da Bacia Hidrográfica e seus afluentes. • Avanço da desertificação na região. • Uso indiscriminado de agrotóxicos em algumas localidades com irrigação. • Inexistência de políticas de recursos hídricos voltadas para o semiárido. • Outorga d'água e licenças ambientais para construção de casas.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Os Quadros 25 e 26 apresentam a análise baseada na matriz SWOT do município de Jaguarari a partir da dimensão econômica.

QUADRO 25 - DIMENSÃO ECONÔMICA (AMBIENTE INTERNO)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Mineração. • Mão-de-obra qualificada. • Cadeias produtivas priorizadas (Bacia Leiteira, Caprinovinocultura, fruticultura, apicultura, horticultura, avicultura caipira). • Existência de órgão de pesquisa e extensão atuantes no município. • Existência e forte atuação dos movimentos sociais. • Localização geográfica. • Setor terciário atuante para o município (sistema S). SENAR/SEBRAE/SENAI. • Realização de Feiras de comercialização de produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de unidades federais de ensino superior. • Insuficiência de estrutura de pessoal para apresentar projetos em chamadas públicas. Núcleo de captação de recursos em entidades públicas e privadas. • Burocracia/morosidade. • Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) deficitária (falta de apoio técnico). • Insuficiência de regularização fundiária. • Acessos viários (vicinais) deficitários, prejudicando o escoamento da produção de campo. • Aumento do tráfico de drogas. • Organizações associativas/cooperativas desorganizadas, desarticuladas no município (fragilidades). • Comercialização desarticulada, desestruturada, favorecendo a atuação dos atravessadores • Pouca oferta de atrativos e produtos estruturados. • Baixa oferta de estrutura hoteleira para alta temporada. • Falta de sinalização turística na rodoviária. • Deficiência do ponto de atendimento e informações turísticas. • Deficiência de legislação municipal específica para promoção de mobilidade e acessibilidade urbana. • Baixa articulação dos ambientes de comunicação da Prefeitura Municipal com a Estadual (integração de sites informacionais e redes sociais especializadas em turismo, cultura, esporte, lazer). • Necessidade de uma requalificação da estação rodoviária com infraestrutura de qualidade para receber os turistas e pessoas da região. • Necessidade de infraestrutura de sanitários para atender turistas e a população no centro da cidade.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

QUADRO 26 - DIMENSÃO ECONÔMICA (AMBIENTE EXTERNO)

OPRTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio às cadeias produtivas. • Criação do Consórcio TPNI. • Atuação do CODETER. • Atuação do CESOL. • O relacionamento entre sociedade civil, entidades paragovernamentais e poder público. • Compra Institucional – PAA e PNAE. • Compra solidária - CESOL. • Geração de emprego e serviços pela mineração e empresas eólicas. • Possibilidade de ampliação do processo de agroindustrialização de vários dos produtos da agricultura familiar. • Dinamismo econômico da região. • Estrutura e composição do nosso solo (relevo plano). • Políticas Públicas dos governos Estadual e Federal. • Perfuração de poços, construção de barragens, cisternas, casas populares, Programa Luz para Todos, entre outros. • Políticas Públicas de apoio e incentivo a exportação de produtos da agricultura familiar. • A Localização estratégica–proximidade de Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Juazeiro e Petrolina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Chuvas regulares em microrregiões serranas e grotas e estiagem em áreas abertas de caatinga. • Mercados Institucionais compram mais da agricultura do mercado produtor de Juazeiro e Petrolina e do que a agricultura familiar local. • Burocracia institucional na liberação de recursos – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – por parte dos agentes financeiros. • Projetos de ATER/ATES – Assistência Técnica e Extensão Rural/Assessoria Técnica Social e Ambiental a Reforma Agrária – insuficiente para o número de famílias rurais existentes (razão no número de técnicos X número de famílias). • Barragens mal dimensionadas. • Falta de implantação de barragens subterrâneas e de base zero de forma planejada nas comunidades rurais. • Comércio com mais variedades e disponibilidade de horário noturno nas cidades vizinhas. • Proximidade de cidades turisticamente mais conhecidas com mais oportunidades de lazer aos turistas. (Juazeiro, Petrolina, Antônio Gonçalves, Casa Nova).

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

QUADRO 27 - DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL (AMBIENTE INTERNO)

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura do poder público para o planejamento participativo. • Parceria entre o poder público, privado, associações. • Articulação entre o CMDS e os demais Conselhos e Secretarias Municipais. • O CMDS vem facilitando a socialização das informações. • Liberação de alguns projetos do município (PRONAF Infraestrutura). • O PROMER em parceria com a CAR/SDR, está sendo positivo. • Os movimentos sociais atuantes no município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de formalizar em formato padrão as sugestões e deliberações de ações e políticas públicas. • Baixa participação das instituições governamentais (Legislativo Municipal e Órgãos Federais) no Conselho. • Inexistência de alguns representantes com poder de decisão. • Baixa participação social para discutir sobre Acessibilidade. • Baixa participação social para discutir Segurança pública deficiente. • Baixa participação social para discutir turismo.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

QUADRO 28 - DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL (AMBIENTE EXTERNO)

OPRTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar – com 30% da merenda escolar provenientes da agricultura familiar. • O Colegiado Territorial/Coordenação. • PAA/CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos/Companhia Nacional de Abastecimento). 	<ul style="list-style-type: none"> • Burocracia para aprovação dos projetos junto a ANATER. • Dificuldade de aprovação em projetos pela plataforma TranfereGov – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. • Divergências políticas. • Descontinuidade administrativa nas instituições públicas, acarretando a interrupção de projetos e programas. • Superposição de papéis de diversas instituições que não se integram, havendo uma ausência de pacto pelo desenvolvimento.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) do Município de Jaguarari se constitui em uma importante ferramenta de planejamento participativo porque cria as condições objetivas para o referido município estabelecer uma política de desenvolvimento consensuado com os diferentes atores e em diversas áreas transversais de atuação que passam a ser pactuadas e integradas no tempo e espaço.

Metodologicamente, tendo como partida do Planejamento um diagnóstico e um prognóstico coletivamente construídos com abordagem que envolvem as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças em contraposições no circuito da realidade municipal. O objetivo relevante de todo esse processo foi a possibilidade do estabelecimento de um melhor planejamento e execução para cada setor de atividade do município, observando-se a necessidade, *mutatis mutandis*, de atualizações periódicas,

As ações propostas para integrar o PMDS de Jaguarari são exequíveis, pois permitem o cumprimento das metas discutidas entre os vários agentes sociais locais. É notória a importância que os diversos atores sociais e políticos têm para o desenvolvimento em variadas escalas: municipal, regional, estadual, nacional e mundial.

Assim, ter bem delimitado quais as vocações e potenciais latentes que um município possui e as formas de aproveitá-las parece ser o caminho mais adequado ao desenvolvimento sustentável local. Nesse sentido, o Município de Jaguarari é privilegiado nos segmentos: agricultura, mineração, indústria de baixo impacto, eventos culturais e religiosos, gastronomia, comércio, serviços, artesanato, ecoturismo rural em região de Piemonte.

Considerando que os segmentos acima enumerados estão em diferentes estágios de evolução, se impõe, portanto, a tarefa de promover a ampliação das oportunidades de desenvolvimento que possibilitarão realizar o que se identificou no diagnóstico geral: Transformar Jaguarari em um município com menos desigualdades sociais e mais desenvolvido em acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda da 2030/ONU.

REFERÊNCIAS

AGERSA. **Relatório de fiscalização sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Jaguarari**. Salvador/BA janeiro, 2019.

AMINELI, J. L. F.; ARAÚJO, M. F. F. D. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Sob o Olhar da Práxis Freireana**. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2019, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R2009-1.pdf>. Acesso em: 23/11/(2023).

BAHIA. **DIARIO OFICIAL DA BAHIA**. Lei Estadual 1.905, de 06 de agosto de 1926.

BAHIA/INEMA. **Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para o Estado da Bahia**, 2004. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/planos-e-programas/programa-estadual-de-combate-desertificacao-e-mitiga-o-dos-efeitos-da-seca>. Acesso em: 14/11/2023.

BAHIA/Secult. **3ª Conferência Municipal das Cidades 2023** (Secult, 2023).

BRASIL MINERAL. **Aumento de 31% nas reservas da operação Caraíba**, 2022. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/ero-copper>. Acesso em: 13/11/2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **O BRASIL SEM MISÉRIA**. 1ª EDIÇÃO Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 15/12/2023.

BRASILIANO, A. C. R. **Gestão e Análise de Riscos Corporativos**. Método Brasileiro Avançado Coleção Gestão de Riscos Capa comum – 1 janeiro 2009

CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. 2023 Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/evolution/>. Acesso em: 18/02/2024.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, XLII, 84, 2007, pp. 47-65.

FVG/CEAPG. **Informações complementares ao Programa de Gestão Pública e Cidadania**. 2000. Disponível em: <https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/questionarios/929-2000-questionario.pdf>. Acesso em: 15/12/2023.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**, 2018.

----- . **Censo Demográfico**, 2022.

MEETIME. **Análise SWOT para vendas: o que é, por que fazer e como conduzir**. 2018. Disponível em: <https://meetime.com.br/blog/gestao-empresarial/analise-swot/>. Acesso em 12/12/2023.

MUNICÍPIO DE JAGUARARI. **DIÁRIO OFICIAL DE JAGUARARI**. Lei de criação CMDS de Jaguarari nº 849/2013, de 23 de setembro de 2013.

NOVAES, Regina Reyes. (1998), “**Juventude/juventudes?**”. Comunicações do ISER, ano 17, nº 50: 5-13.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, [s.n.] 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org>>. Acesso em: 19 maio 2022.

PEREIRA, Z. V. **1º Seminário de Agroecologia da América do Sul**. Embrapa. Agroecol, 2014.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004, 104 p.

VALADARES, A. A.; FERREIRA, B.; LAMBAIS, G.; MARTINS, L.; GALIZA, M. **Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada**. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas / organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Uihôa Botelho. Brasília: Ipea, 2016. 329 p.

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTAS DO CMDS DE JAGUARARI BAHIA

ÁREA DE INTERESSE DA INTERVENÇÃO: _____

Intervenções Necessárias	Projeto/Atividade	Executores Propostos	Prazo Planejado	ODS Correlato

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2024.

ANEXO II

MODELO DE OFÍCIO DE ENVIO DE PROPOSTA

MÊS 1

OFÍCIO Nº 01/24 DE ENVIO DE PROPOSTAS ATRAVÉS DO CMDS DE JAGUARARI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Exmo.

Prefeito do Município de Jaguarari-BA.

1. O CMDS de Jaguarari/BA vem encaminhar pelo presente, as Propostas para a Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) nos termos da Lei nº 849/2013, de 23 de setembro de 2013, Art. 1º, que lhe foi atribuída a “função de formulação, consulta ou deliberação, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento em implementação”.

Atenciosamente,

Presidente do CMDS de Jaguarari-BA